



Publicação conferida no DCL nº 215 de 26/11/08
Servidor Luís Matrícula: 1123339

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 101ª
(CENTÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 12 DE NOVEMBRO DE 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Estão presentes os Deputados Cabo Patrício, Rogério Ulysses, Geraldo Naves e Reguffe.

Estão presentes 6 Deputados. Portanto, há *quorum* para discussão.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº210, de 19/11/2008, juntamente com a ata sucinta da 101ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há *quorum* regimental para o Pequeno Expediente: Deputado Reguffe, Deputado Roberto Lucena, Deputado Rogério Ulysses, Deputado Cabo Patrício e Deputado Geraldo Naves.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que me traz a esta tribuna na tarde de hoje é uma reportagem do jornal *Correio Braziliense* que fala sobre uma carta enviada pelo Governador do Distrito Federal a seu secretariado.

Já vim muito a esta tribuna para criticar ações do Governo do Distrito Federal, como é a minha responsabilidade, a responsabilidade de um Parlamentar quando ele vê algo errado ou que prejudique o contribuinte ou a população do Distrito Federal.

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Uma reportagem da competente jornalista Ana Maria Campos diz: “Arruda faz convite a reflexão”. Eu quero elogiar o Governador do Distrito Federal por essa atitude e espero que isso seja colocado em prática.

O Governador diz algumas coisas interessantes: “Será que estamos tendo a coragem de descentralizar? As reformas nas escolas pelas administrações regionais deram grande resultado. Por que não fazer o mesmo com os postos de saúde?” S.Exa. diz também: “Temos comissionados demais. Para tirar cópia de xerox é necessário cargo de confiança? Que exagero! Eu penso que boa parte dos nossos cargos de confiança poderiam ser substituídos por servidores de carreira.” E ele diz mais: “Fundamental, também, separar o que é interesse público do que é interesse privado, empresarial. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Quem se deixa confundir por esses interesses inconciliáveis não tem espírito público”.

E eu concordo de A a Z com o que o Governador escreveu nessa carta. Espero que isso seja colocado em prática pelo Governo. Falei nesta tribuna que a França inteira tem 4.800 cargos comissionados, que os Estados Unidos inteiro têm 5.600 cargos comissionados e que o Distrito Federal, desse tamanhinho, tem 16.448. Parece-me um exagero, um excesso de cargos comissionados. Eu defendo uma redução desse número de cargos comissionados.

O dinheiro público deveria estar sendo gasto, principalmente, nas áreas de educação, saúde e segurança pública; para devolver serviços públicos de qualidade ao contribuinte pelos impostos que ele paga. Então, eu espero que o Governador reduza o número de cargos comissionados. É considero corajosa essa reflexão que o Governador fez. Espero que ela traduza uma inflexão dentro do próprio Governo, que faça o Governo mudar algumas atitudes.

O Governo tem coisas boas – que foram sempre elogiadas por mim nesta tribuna, como a luta e a defesa pela legalidade. Agora, precisa-se fazer isto: é preciso que o Governo seja menos burocrático, como ele também diz aqui. Há muita burocracia. Parece que o contribuinte existe para servir o Estado e não o Estado para servir o contribuinte. Noventa e um por cento do que o Estado arrecada é gasto com o próprio custeio da máquina. Tem que se mudar isso. O Estado deve gastar menos com as atividades meio e mais com as atividades fim.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Deputado Reguffe, primeiro, eu gostaria de valorizar o pronunciamento de V.Exa. – que é muito coerente quando demonstra posições contrárias ao Governo – e reconhecer a importância dele. Acho que é coerente neste momento, ao fazer uma reflexão positiva em relação a um sinal que o Governo deu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

V.Exa. é do PDT. Eu sou do PSB. Muitas vezes, nós somos questionados quando conseguimos reconhecer no Governo do partido Democratas aspectos positivos. Isso só ocorre quando temos compromisso público, quando não torcemos para aquela história do quanto pior, melhor. O que nos aproxima do Governador Arruda neste momento é exatamente atitudes como essas, atitudes concretas que vão ao encontro da solução dos problemas de interesse público.

Quero, então, aqui reconhecer e valorizar V.Exa. por ter coerência também para reconhecer o que existe de positivo. São esses aspectos positivos, pontuais e que podem solucionar questões de interesse público que nos aproximam, em alguns momentos, do Governo Arruda.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte do Deputado Rogério Ulysses.

Espero que isso produza um resultado prático na ação do Governo, que o Governo fique menos burocrático. Aliás, não é só esse governo. Os sucessivos governos neste País são muito burocráticos. As coisas não são ágeis, não são rápidas. Parece que não é feito para o contribuinte.

Então, quero elogiar essa atitude do Governador e dizer que espero essa redução do número de cargos comissionados no Governo. Quero dizer também que espero que S.Exa. consiga fazer com que o Governo separe o que é público do que é privado e faça com que o Governo seja menos burocrático, como têm sido todos os governos neste País.

Considero corajosa a atitude do Governador e queria deixar esse reconhecimento aqui, na tribuna desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares, pelo Bloco Democrático Social Brasileiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Independente. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais Parlamentares, eu fiz questão de vir à tribuna por um fato específico que ocorreu no dia de ontem, na cidade Estrutural.

O Deputado Reguffe acabou de fazer um elogio ao Governo Arruda, um elogio coerente. Acredito que é importante, é coerente e é necessário chamar atenção para algumas falhas, talvez não diretamente ligadas ao Governo, mas ligadas a empresas que têm contrato com o Governo.

Lamentavelmente, há meses, nós estamos alertando para o risco do transporte escolar no Distrito Federal. O transporte escolar do Distrito Federal, em especial o feito pela empresa Moura, o seu modelo, que está sendo conduzido pela Secretaria de Educação, vem, há meses, dando sinais de que precisa ser revisto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Já é um risco ter que transportar o aluno de sua cidade de origem para outra cidade. Ainda que o ônibus seja novo, ainda que o motorista seja extremamente preparado, existe o risco, que é o risco do deslocamento. Muito mais arriscado é quando há ônibus velho que pega fogo. Graças a Deus, os ônibus que foram incinerados estavam parados e não havia nenhuma criança dentro. Mas ontem, fatalmente, uma criança foi atropelada na Estrutural e veio a falecer.

Esse é o modelo que não pode continuar no Distrito Federal. A empresa Moura já foi objeto de investigação na época da CPI da Educação. E, hoje, estamos extremamente tolerantes com este modelo, que deve ser mudado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rogério Ulysses, sugiro a V.Exa. que faça um levantamento na CPI da Educação realizada por esta Casa, pois V.Exa. encontrará lá informações escabrosas sobre a empresa Moura. Inclusive eu estive recentemente na Estrutural com a Comissão de Assuntos Sociais – o Deputado Cabo Patrício também estava lá –, e ouvimos vozes de mães de alunos e de alunas e empregados dessa empresa falando cobras e lagartos dela. Eu verifiquei, num documento que me veio às mãos aqui na Casa, que já foram acionados o Ministério Público do Distrito Federal, o Ministério Público do Trabalho e a Delegacia Regional do Trabalho e, pelo que V.Exa. está falando, essa empresa não sofreu nenhuma penalidade para corrigir as irregularidades que vem praticando.

Parabenizo e me somo a V.Exa. para correr atrás das irregularidades que essa empresa vem praticando. Não sei a que título, não sei o porquê, mas essa empresa, já há algum tempo, causa essas mazelas, e não vi ainda nenhuma penalidade. Pode ser que até exista, mas eu não tenho conhecimento de que tenha sido aplicada alguma penalidade a esta empresa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Agradeço o aparte do Deputado Milton Barbosa.

Deputado Milton Barbosa, eu acredito que, por mais que queiramos deixar a nossa solidariedade à família dessa criança que infelizmente veio a falecer nesta fatalidade que aconteceu na cidade da Estrutural, esse é o melhor momento, porque o ano letivo está terminando, e no próximo ano letivo o Governo terá de renovar o contrato com as empresas que fazem transporte escolar.

Eu quero aqui fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal, que, por decreto, determinou que estes ônibus não podem ter mais de dez anos; ao Secretário de Educação, que é o grande responsável pela integridade física das nossas crianças; e a esta Casa, que tem a competência de fiscalizar – e devemos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

fazer isso conjuntamente –, para que revejamos, repensemos e continuemos defendendo educação de qualidade na cidade de origem das nossas crianças.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de completar o que foi dito pelo Deputado Milton Barbosa. A Comissão de Assuntos Sociais esteve realmente na Estrutural. Essa tragédia foi uma tragédia anunciada, Deputado Milton Barbosa e Deputado Rogério Ulisses, até porque a população da Estrutural se pronunciou a respeito disso na Comissão de Assuntos Sociais – foi tudo gravado e degravado pela Câmara Legislativa –, falando do perigo e do risco que as crianças correm.

V.Exa. disse muito bem que este contrato será renovado, mas precisamos saber quem são os proprietários desta empresa. Nós, por meio da Comissão, fizemos um requerimento solicitando informações sobre esta empresa e até hoje não recebemos resposta por parte do Governo. Estes ônibus sequer passaram por vistorias do DETRAN, que é o órgão de fiscalização do Distrito Federal. Nem monitores para acompanharem as crianças há. Foi um exemplo na declaração do motorista ontem. Então, esse fato e os demais que V.Exa. relatou têm possibilidade de virem a ocorrer novamente, até porque o transporte continua sendo feito e foi feito no governo passado dessa forma. Podemos até acreditar, como V.Exa. disse, que é o momento de cobrarmos que não seja renovado o contrato. Mas, se houver renovação, porque o Governo não se pronunciou, o que vamos fazer para que mais crianças não sejam apenas estatísticas da violência do trânsito no Distrito Federal?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.

Eu quero concluir este pronunciamento dizendo que não há nada mais valioso, não há nada mais importante nesta cidade do que as nossas crianças, do que os nossos alunos de escolas públicas. Não podemos admitir que esses alunos sejam transportados em verdadeiras máquinas de matar gente. É necessário rever, é necessário repensar e é fundamental o posicionamento, em especial o desta Casa, para chamar a atenção do Governo, que já está sensível ao problema, mas que, mais do que ter sensibilidade, tem que tomar uma atitude dura em relação à empresa Moura, que tem um contrato milionário e não tem feito sua parte a contento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas, Deputado Chico Leite, estamos passando por um momento em que temos que tomar muito cuidado. É sobre o aumento dos funcionários da Câmara Legislativa e, conseqüentemente, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

nosso. Temos que agir com muita transparência e provar que realmente os funcionários têm esse direito, porque o ônus sobre as nossas costas está pesado demais.

Temos que pensar direito. Eu não quero prejuízo para nenhum funcionário desta Casa, é um direito que eles têm, mas o que passa é que isso tudo é para nós! Então, eu acho que temos que tomar determinadas medidas para que esse aumento seja realmente um direito que todos os funcionários têm e não venha para nós, Deputados.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – V.Exa. permite-me um aparte?

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Existe uma confusão, na verdade, Deputado Roberto Lucena, em razão do reajuste dos servidores da Câmara Legislativa. E é bom algumas coisas fiquem claras.

Primeiro, não é aumento salarial. Não existe nenhum aumento salarial para os servidores da Câmara: é reposição salarial. Os servidores estão há mais de um ano e nove meses sem reajuste salarial; então, é reposição. Não precisa de amparo legal porque é reajuste salarial.

Eu, na verdade, digo com muita tranqüilidade aqui que essa matéria já deveria ter sido votada e aprovada pelos Parlamentares, e esses 12% deveriam ser dados de uma vez só, para apanharmos da imprensa de uma vez, de uma tacada! Primeiro, não é aumento dos Parlamentares, nenhum de nós vai receber reajuste. É justiça para esses servidores, que, inclusive, tiveram diminuição salarial quando a Câmara teve que se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal para que o GDF pudesse pegar os empréstimos que queria para implementar o "Brasília Integrada". E aí ficam falando como se fosse aumentar verba de gabinete dos Parlamentares em mais de 100 mil reais. Na verdade, é justiça, é uma correção salarial, um reajuste salarial, a reposição para os servidores concursados e os servidores comissionados, que prestam relevantes serviços à Câmara Legislativa.

Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, peço que coloque em votação essa matéria o mais rápido possível, num consenso dos Parlamentares para que seja votada e aprovada essa matéria; e vencida essa questão, os servidores tenham um reajuste de uma vez, e não se fale mais nisso. É muito simples encarar o eleitor na rua e dizer que não recebo nenhum centavo do aumento da verba de gabinete na minha conta bancária, ou no meu pagamento no contracheque. Tudo isso é para contratação dos servidores, e nós fazemos a contratação dos técnicos, que fazem um excelente serviço, seja no mandato, seja na Câmara. Todos os servidores efetivos que estão aqui são concursados, fizeram concurso público. Por isso, esperaram um ano e nove meses por essa reposição salarial, que já demora muito, no meu ponto de vista, pois já deveria ter sido votada e vencida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício. Eu concordo com V.Exa., mas acontece que o que passa – e isso precisa ser explicado muito bem – é que esse aumento é para nós. E soma-se a isso crise mundial, essas coisas. Acho que temos que tomar muito cuidado e ser muito precisos e claros para esse aumento.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela sua benevolência, um homem experimentado, de 3 mandatos, que contrasta com *nosotros* em primeiro mandato e, principalmente, aqueles dos últimos 90 dias. V.Exa. está me permitindo, com sua benevolência, fazer uso da palavra.

Eu queria fazer aqui 2 registros, Sr. Presidente. E vou falar do assunto de um artigo do *Correio Braziliense* do dia 20 de outubro de 2008, intitulado “Domingo no Parque”, do grande jornalista e advogado Jorge Motta.

Do jornalista Jorge Motta a maioria aqui não vai se lembrar, como não vai também se lembrar da pessoa a que ele se referiu nesse artigo. Ele diz o seguinte: “A importância que o Parque da Cidade representa para a qualidade de vida das pessoas que aqui vivem está definitivamente consagrada. É obra perene. Pertence a todas as gerações, passadas, presentes e futuras.”

E prossegue: “Tenho lido em vários jornais de Brasília sobre os 30 anos da inauguração do Parque da Cidade, comemorados no dia 11 de outubro de 2008. Procurei, entre o noticiário, alguma referência sobre o seu idealizador e construtor. Em vão. Não encontrei.”

Ele está se referindo ao ex-governador de Brasília, o saudoso Elmo Serejo Farias, que não teve lembrado seu nome no aniversário do Parque, esta grande obra que Brasília tem. Ali a especulação imobiliária, Deputado Rogério Ulysses, queria implantar a superquadra, e ele não deixou.

Foi também o governador Elmo Serejo Farias autor ou executor de várias obras: os viadutos de triagem sul, a ligação da W3 Sul com a W3 Norte, a construção da via estrutural ligando o Plano Piloto a Taguatinga, “obra contestada à época por parte”, diz ele, “da mídia local, que dizia ser a estrada que ligava nada a coisa alguma”. Não fora a estrutural hoje e nós não teríamos condições de trafegar em Brasília.

Então, faço esse registro apenas para dizer que nós temos memória curta. Um dos grandes governadores de Brasília, um dos grandes idealizadores do Parque sequer teve seu nome referido. Quero parabenizar aqui o jornalista Jorge Motta, que hoje também é Presidente da TELEBRÁS, pela sua grande lembrança.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Eu gostaria de pedir mais um pouquinho da benevolência do Presidente, Deputado Wilson Lima, para mandar transcrever esse artigo nos Anais da Casa, porque ele é muito importante para a história de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Para encerrar, Deputado Wilson Lima, nós estivemos hoje, com a Comissão de Assuntos Sociais, na Vila Rabelo, em Sobradinho, onde fizemos a 11ª reunião itinerante. Os Deputados Raad Massouh e Raimundo Ribeiro estavam presentes, e lá vimos, mais uma vez, o quanto é importante estarmos ao lado da comunidade, do eleitor, ali, diretamente.

Foi uma das reuniões mais acaloradas que nós fizemos, em que as pessoas puderam fazer o que estava na cabeça delas, reivindicar, reclamar, elogiar, enfim, dizer ao Parlamentar aquilo que ordinariamente não dizem porque não têm condições de vir aqui.

Para encerrar, Sr. Presidente, informo que nós já conseguimos atender 3 mil e 600 pessoas nas reuniões itinerantes da Comissão de Assuntos Sociais em Samambaia, Estrutural, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Itapoã, Ceilândia, Santa Maria e hoje na Vila Rabelo.

Quero agradecer a V.Exa. pela paciência e pela benevolência em restituir meu tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, esta Presidência não faz nada além de cumprir o Regimento Interno.

Eu gostaria de dar um aviso ao pessoal do PRÓ-DF que está nos visitando. Daqui a pouco apreciaremos o projeto de vocês em segundo turno e, se Deus quiser, a redação final. Depois enviaremos ao Governo para sancionar a lei.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (Bloco Democratas-Progressistas. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa, pessoas que ocupam a galeria, boa-tarde. Venho a esta tribuna para fazer um pequeno esclarecimento sobre a matéria que salu hoje no jornal noticiando que estaríamos preocupados em votar um assunto polêmico: as previdências do homossexual.

Quero fazer um pequeno esclarecimento de que eu não tenho a mínima dificuldade de votar esse ou qualquer outro artigo, por mais polêmico que seja, muito pelo contrário. Realmente nos primeiro e segundo turnos, eu votei contrariamente à matéria e pedi que o projeto fosse retirado de pauta. Mas quando fiz esse pedido, fiz com a intenção de termos tempo de avaliar uma situação para que possamos fazer um estudo mais aprofundado sobre um assunto bastante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

polêmico e difícil. No dia, o Deputado Bispo Renato também assinou essa mesma emenda, pedindo a retirada de pauta do assunto da pensão dos homossexuais. Não votamos naquele dia por entender que esse assunto ainda tem de ser muito divulgado, muito questionado e esclarecido. No meu entender, estamos passando a carroça na frente dos burros. Em nosso país, ainda não temos a união *gay*, a união homossexual oficializada. Como podemos estar preocupados com a previdência? Fica muito difícil tratar de um assunto desses nessa época. Acho que temos outras prioridades em relação a esse mesmo assunto. Não tenho nada contra nenhum tipo de homossexual nem dificuldade de falar desse assunto, mas acho que o momento não é propício. Vamos pensar primeiro em legalizar – se é que deve ser legalizado –, vamos discutir o assunto.

Eu tive em mão uma apostila, que não quero que seja filmada por conter cenas obscenas, cenas que, nos livros de baixo escalão, estão mais escondidas que aqui. Eu fico muito preocupado com nossas famílias, com a educação dos filhos, com a religião, com a pregação das igrejas para que as pessoas tenham uma vida ética, uma vida moral, uma vida limpa, e vejo o Ministério da Saúde divulgando uma cartilha obscena, uma cartilha, no mínimo, ridícula. São cenas muito fortes, que eu já mostrei para alguns Deputados. Se alguém da imprensa quiser ter acesso, vou mostrar. No meu entender, são absurdas!

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu queria dizer a V.Exa. que esse tema pode parecer um tema polêmico para algumas pessoas, mas é função da Câmara Legislativa do Distrito Federal, como é função do Governo Federal – do Ministério da Saúde, quando fez essa cartilha – orientar as pessoas.

Nós temos vivido vários temas. Vou dar exemplos bem simples, como a questão dos “puxadinhos”, dos quiosques. Nós temos de nos atentar para a realidade. Essa questão da pensão, do IPREV e da emenda homoafetiva foi apresentada pela bancada do Partido dos Trabalhadores e foi vetada pelo Governador. Mas o Governador – e não foi nenhum Deputado da Oposição que disse, foi o Governador – disse à imprensa que iria mandar o projeto a esta Casa para que fosse aprovado.

Agora, se o projeto está na Casa, encaminhado pelo Governador, e a sua base tem divergência na votação, é porque o Governador não tem controle da base. Ele não comanda a base. Primeiro, que aqui não há essa bancada evangélica e religiosa; e essa questão homossexual, homoafetiva, como queiram dizer, não tem nada a ver com questão religiosa, são questões independentes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Se não fosse assim, Deputado Raad Massouh, da Parada *Gay*, em São Paulo, por exemplo, não teriam participado mais de um milhão de pessoas. Aqui em Brasília também não teria havido tanta participação.

Então, é importante que o Governo Federal faça isso, sim. Faça as cartilhas para orientar as pessoas, porque se não fizermos a orientação, depois nós teremos sérios problemas.

O Governo Federal está atento à questão, fez a cartilha e vai continuar fazendo e cumprindo o seu papel. E a Câmara Legislativa do Distrito Federal também deve fazer o seu papel e votar. Quem quiser votar contrariamente que vote e quem quiser votar a favor que vote. Isso, sim, é estado democrático de direito, que cada um tenha a sua opinião, o seu pensamento e possa expressar definitivamente e aberto ao público. Isso é democracia!

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Agradeço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu quero cumprimentá-lo por suas palavras.

Eu não acreditei que o Deputado Cabo Patrício – eu não acreditei! – fosse defender essa cartilha. É uma apologia! O Ministério da Saúde está ensinando o “cara” a fumar *crack*, a criança na escola a fumar *crack*, a cheirar cocaína, a fumar maconha. Está aí, Deputado Raad Massouh. Isso é uma aberração, uma vergonha, Sr. Presidente. Uma vergonha nacional!

É crime a apologia ao uso da droga. Os delegados que estão aqui, que são Deputados, sabem disso. É crime! Esse pessoal do PT devia estar na cadeia por ter feito esse “negócio” aí, do Ministério da Saúde. Deveria estar atrás das grades, porque, se for para as escolas...

Agora, eu não vejo na imprensa ninguém falando. Está lá: Ministério da Saúde. Esse Temporão está fazendo um temporal, Deputado Dr. Charles, nas escolas do Brasil com essa cartilha. V.Exa., que é médico, não sabe ainda como fumar *crack*. Tem na cartilha, seu neto pode aprender na cartilha.

Parabéns, Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Agradeço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, o Deputado Cabo Patrício, de vez em quando, quer nos fazer acreditar naquilo que S.Exa. fala.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Eles foram ao Governador, pressionaram para que essa matéria fosse enviada à Casa e logicamente se esquece de uma coisa: não é competência nossa deliberar sobre esse tema. É uma questão constitucional. É antecipar ao julgado do PL nº 122, que tramita no Congresso Nacional. Portanto, é inconstitucional. É também contra a norma jurídica, art. 1.723 do Código Civil Brasileiro. Isso não pode jamais passar aqui, porque, se deixarmos passar, estaremos equiparando a condição dos casais homossexuais a um casal comum, Deputado Raad Massouh. Logicamente, isso é inconstitucional e vai contra a norma jurídica vigente no País. É contra a legislação vigente.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Sem revisão do orador.) – Caro Deputado Raad Massouh, votei duas vezes a favor desse projeto referente aos homossexuais. Agora, a única coisa que vamos ter que mudar é se, realmente, nenhum dos parceiros já teve uma vida anterior, na qual tenha tido filhos. Porque para as pessoas que conviveram ou tiveram filhos — ou a mulher ou o homem, como V.Exa. queira entender —, os direitos serão dessas primeiras pessoas. Mas se um desses pares nunca teve nenhum relacionamento, ou se o relacionamento que teve aconteceu há muito tempo e não houve vínculo, voltarei a votar a favor.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Deputado Raad Massouh, sei que o tema é polêmico, tanto que todos estão falando. Permite-me V.Exa. um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cabo Patrício, V.Exa. já fez uma intervenção.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – É só para responder, até porque fui citado. É só um aparte, e S.Exa., o Deputado Raad Massouh, concedeu-me.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não, Deputado Cabo Patrício. V.Exa. já fez a intervenção.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Mas é um aparte, o Deputado Raad Massouh me concedeu. É coisa rápida, Sr. Presidente, o tema é polêmico.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – S.Exa., Deputado Raad Massouh, não respondeu a V.Exa. ainda.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, o tema é polêmico. É para discutirmos. Esta Casa tem que fazer isso mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bem, Deputado Cabo Patrício, faça rapidamente o aparte.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raad Massouh, eu só queria falar aos que dizem que o pessoal do PT que fez a cartilha deveria estar na cadeia que, em primeiro lugar, o Ministro Temporão não é do PT, é

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA
				12

do PMDB. Em segundo, dizem que o pessoal do PT, a Oposição aqui na Câmara, composta por quatro Deputados, Deputado Berinaldo Pontes, foi até o Governador e o pressionou para mandar o projeto. Isso seria muita força! Que tivéssemos essa força, então, para convencer S.Exa. a não aprovar a OS hoje, aqui. Já que S.Exa. atendeu uma vez, poderia atender outras vezes também.

Falam da questão da maconha, da cocaína, como se no Brasil não existisse tráfico de drogas, venda de maconha, de cocaína, de nada. Falam como se isso não existisse, como se lá no Rio de Janeiro os policiais que foram cercados no morro, por exemplo, e tiveram que ser resgatados não estivessem enfrentando o tráfico.

Então, é bom que os Deputados desta Casa vivenciem a realidade, não fiquem no passado, no conservadorismo, e avancem, porque a sociedade espera que esta Casa avance e que ela se mostre democrática como tem demonstrado em outros assuntos.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador) – Como foi citado o que eu disse, permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Por favor, Deputado Raad Massouh, peço a V.Exa. que, em seu pronunciamento, sem interromper muito, como é um pronunciamento de Líder, leia página por página, então.

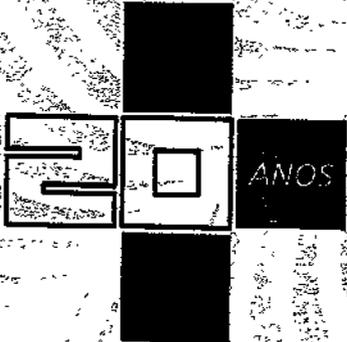
Já que a Imprensa não divulga, ensine V.Exa., mostre se parte do Ministério da Saúde, mostre. Agora, quem fez essa cartilha deveria estar na cadeia, sim. Se é do PT, do PMDB, do Democratas, não importa. Tem que estar preso, porque isso é apologia ao crime!

Aqui há um delegado. O Deputado Milton Barbosa foi professor da Academia de Polícia. Deu aula, inclusive, para vários Deputados desta Casa. Se V.Exa. não sabe, é apologia ao crime, e apologia ao crime é cadeia. Nessa cartilha, estão ensinando a fumar maconha, a pegar o cachimbo e a fumar *crack*. Estão ensinando como cheirar cocaína, como transar na escola. Está tudo aí.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, primeiramente, como o assunto se tornou bastante polêmico, eu gostaria que constasse nos Anais da Casa a cartilha e o que foi dito em relação a isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito que as notas taquigráficas façam o registro nos Anais.

APOSTILA A QUE SE REFERE O DEPUTADO RAAD MASSOUH EM SEU PRONUNCIAMENTO:

SUS  **Sistema
Único
de Saúde**



NACÕES UNIDAS
Escritório sobre Drogas e Crime

Programa Nacional de DST-AIDS
Programa Nacional de Hepatites Virais
Área Técnica de Assistência à Saúde Mental
Secretaria de Vigilância em Saúde
Secretaria de Atenção à Saúde
Ministério da Saúde

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

CONHEÇA
NOSSA
SÉRIE
DE
PROGRAMAS
E
SERIES
DE
TV
E
RÁDIO
EM
SUA
CITY

GUIA DA
SUA SAÚDE

EXTRA SEUS
DIREITOS

FAÇA A SUA PARTE

FAÇA A SUA PARTE

- EXIJA SEUS DIREITOS
 - CUIDE DA SUA SAÚDE
 - CONFIE NO PROFISSIONAL DE SAÚDE:
- CONVERSE SOBRE O USO DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS

UM RECADADO PARA AS MULHERES

USUARIAS DE DROGAS OU
PARCEIRAS DE USUARIOS



**VOÇÊ TEM
DIREITOS!**

denuncie a violência
ligue 180

conte com
o serviço de saúde
DISQUE SAÚDE
0800 611997

FAÇA O USO DE
DÍGLOS, ANÉLIS E
HEPATITES B E C

**USE O
PRESERVATIVO
EM TODAS
AS RELAÇÕES
SEXUAIS.**

UM RECADO PARA AS MULHERES USUÁRIAS DE DROGAS OU PARCEIRAS DE USUÁRIO

- **VOCE TEM DIREITOS!**
- denuncie a violência [Issue 180]
- conte com o serviço de saúde [Disque Saúde 0800-61-1997]

■ **AS MULHERES DEVEM FAZER O EXAME PREVENTIVO DE CÂNCER DE COLO DE ÚTERO [PAPANICOLAU] UMA VEZ POR ANO.**

■ **TODA GESTANTE DEVE FAZER ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL.**

■ **NA NOSSA SOCIEDADE AS PESSOAS DE SEXO FEMININO TÊM TRATAMENTO DESIGUAL.**

- Vivenciam situações de violência de muitas formas
- muitas vezes são submetidas à vontade do outro em suas relações afetivas eventuais
- suas necessidades nem sempre são consideradas também no contexto de drogas

■ **FAÇA O TESTE DE AÍDS, SÍFILIS E HEPATITES B E C.**

■ **USE O PRESERVATIVO EM TODAS AS RELAÇÕES SEXUAIS.**

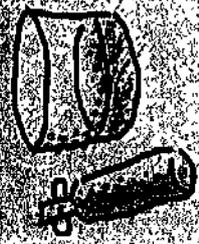
ESTES EQUIPAMENTOS SÃO SÓ SEUS, NÃO COMPARTILHE!



SWAB

Algodão com álcool

CACHIMBO



ÁGUA E COPO
PARA DILUIÇÃO

Canudos

Pringas
e Agulhas

PROTECTOR
DENTAL

**ESTES EQUIPAMENTOS SÃO SÓ SEUS.
NÃO COMPARTILHE:**

- Seringas
- Agulhas
- Cachimbos
- SWAB (asodão com álcool)
- Canudos
- Agulha para diluição
- Copo para diluição
- Protetor labial



CUIDE DE VOCE

**VACINAS
E TESTES**

**JOVENS E ADULTOS TAMBEM
TEM DIREITO A VACINAS**

HEPATITE B

SAO 3 DOSES

TETANO

DE 10 EM

10 ANOS

CUIDE DE VOCE - VACINAS E TESTES

- **JOVENS e adultos tambem tem direito a vacinas**
Hepatite B, são 3 doses
Tétano, de 10 em 10 anos
- **FAÇA OS TESTES de HIV, Sífilis e Hepatites B e C**
- **APROVEITE e pergunte sobre outras vacinas para adulto disponíveis no momento**

TUBERCULOSE

ANÁLISE
DE ESPERANÇAS DE VIDA, SINTOMAS
E SEVERIDADE DA DOENÇA
EM CASOS DE TUBERCULOSE

SINTOMAS

FAIXA ETÁRIA: 15-64 ANOS
SEXO: MASCULINO
ESTADO CIVIL: CASADO
NÍVEL DE INSTRUÇÃO: SUPERIOR
OCCUPAÇÃO: TRABALHADOR
TIPO DE HABITACÃO: PRÓPRIO
NÍVEL DE RENDA: BAIXO



LEIA
SE VO
O

TUBERCULOSE - SE VOCÊ TEM, FAÇA O teste da aids

■ Previna-se

- Evite Espaços fechados, sem ventilação e sem iluminação natural para o uso de drogas

■ Sintomas

- Febre
- Emagrecimento (perda de peso)
- Tosse persistente
- Fraqueza

■ Procure o serviço de saúde para fazer diagnóstico

■ Tuberculose tem cura, e o tratamento é gratuito

- Se você já faz o tratamento, saiba que a medicação não pode ser interrompida e tem que ser tomada até o final

AIDS, hepatites B E C: assim não pega

DOAÇÃO DE SANGUE

Compartilhando
talheres

peito af.

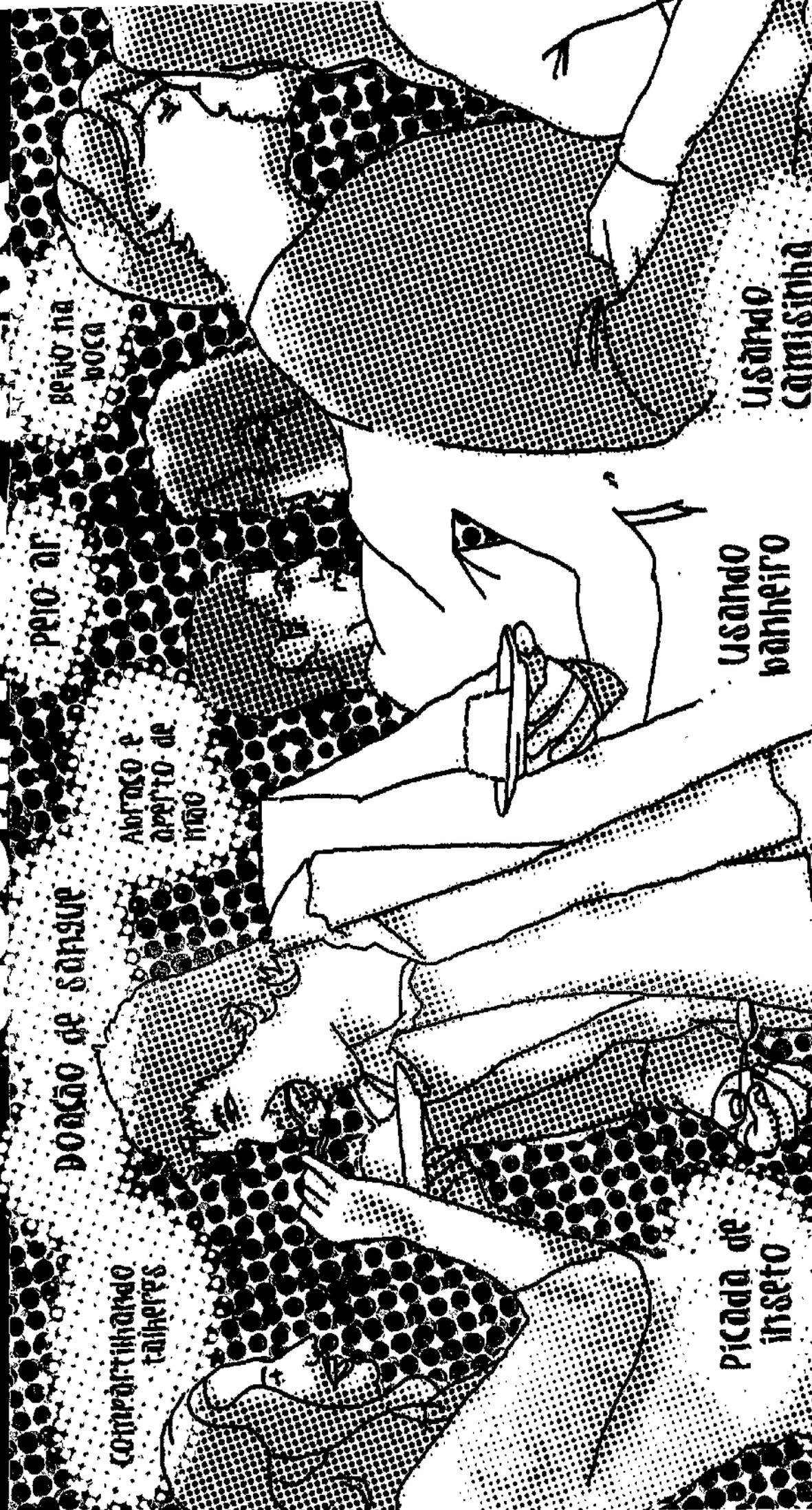
Beijo na
boca

Abraço e
aperto de
mão

Picada de
inseto

usando
banheiro

usando
camisinha



AIDS, hepatites B e C: assim não pega

- compartilhando talheres
- Doação de sangue
- Abraço e aperto de mão
- Peio ar
- Beijo na boca
- Picada de inseto
- Usando banheiro
- Usando camisinha

HEPATITE C: assim pega

**Compartilhando
objetos**

compartilhando
agulhas e
seringas



compartilhando
canudos e cachimbos



**materiais que
contam e furam**



DE ME
- ANE
- TAMPE
- NITIDA
- ES FO

Tatuagens
com agulhas e tintas
não esterilizadas

HEPATITE C: ASSIM PESA

- **COMPARTILHANDO OUVEDOS**
- **COMPARTILHANDO CACHIMBOS E COCHIMBOS**
- **COMPARTILHANDO AGLHAS E SERINGAS**
- **MATERIAS QUE CORRAM E SUJAM**
- **TATUAGENS COM AGLHAS NAO ESTERILIZADAS**
- **APESSAR DE MENOS FREQUENTE A HEPATITE C PODE TAMBEM SER TRANSMITIDA DAS SEGUINTE FORMAS:**
 - **DA MAE HCY + PAI E O FILHO**
 - **SEXO SEM CAUSA**

HEPATITE B: ASSIM PEGGA

COMPARTILHANDO OBJETOS

DA MÃE HBV+ PARA O FILHO

na gravidez e na
amamentação

Caridos e
Cachimbos

Talhoesens com
Aguilhas e Fintas
nãO esterilizadas

Aguilhas e
seringas

Multiplicais
na Cozinha
e suando



HEPATITE B: ASSIM PEGO

- Da mãe HBV + para o filho na gravidez e na amamentação

■ Compartilhando objetos

- Canudos e cachimbos

- Agulhas e seringas

- Materiais que cortam e furam

- Transfusões com agulhas e tintas não esterilizadas

AIDS: ASSIM PEGA

NA GRAVIDEZ, PARTO
OU AMAMENTAÇÃO

COMPARTILHANDO

OBJETOS

SEXO SEM
CAMISINHA

SEXO
ODDI

SEXO
ODDI

SEXO
ODDI

SEXO
ODDI



AIDS: Assim pega

■ SEXO SEM CAMISINHA

- sexo anal
- sexo vaginal
- sexo oral

■ COMPARTILHANDO OBJETOS

- Seringas e agulhas
- Materiais que cortam e furam
- Fitasagens com agulhas e tintas não esterilizadas

■ NA GRAVIDEZ, PARTO OU AMAMENTAÇÃO

- Da mãe HIV+ para o filho na gravidez, no parto e na amamentação.

DST: DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Para prevenir: USE CAMISINHA

sintomas comuns

no homem:

feridas, coceira,
verrugas,
dor ao urinar



na mulher:
feridas,
coceira,
dor na
hora do sexo

Procure o serviço de saúde
seu [sua] parceiro [a] também deve se tratar

DST: DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

- **PARA PREVENIR: USE CAMISINHA**
- **SINTOMAS COMUNS**
 - **NO HOMEM: FERIDAS, COCEIRA, VERFUSAS, DOR AO URINAR**
 - **NA MULHER: FERIDAS, CORRIMENTO, COCEIRA, DOR NA HORA DO SEXO**
- **PROCURE O SERVIÇO DE SAÚDE SEU ESUOI PARCEIRO(A) TAMBÉM DEVE SE TRATAR**

Não vacile

O álcool e outras
drogas podem fazer
você esquecer da
camisinha. Não vacile.

**Camisinha
SEMPRE**



Não vacile

■ O álcool e outras drogas podem fazer
você esquecer da camisinha. Não vacile.
Camisinha sempre!

■ Bebendo ou usando outras drogas,
evite situações de violência e use
camisinha.

■ Se beber álcool ou usar outras
drogas, não dirija!

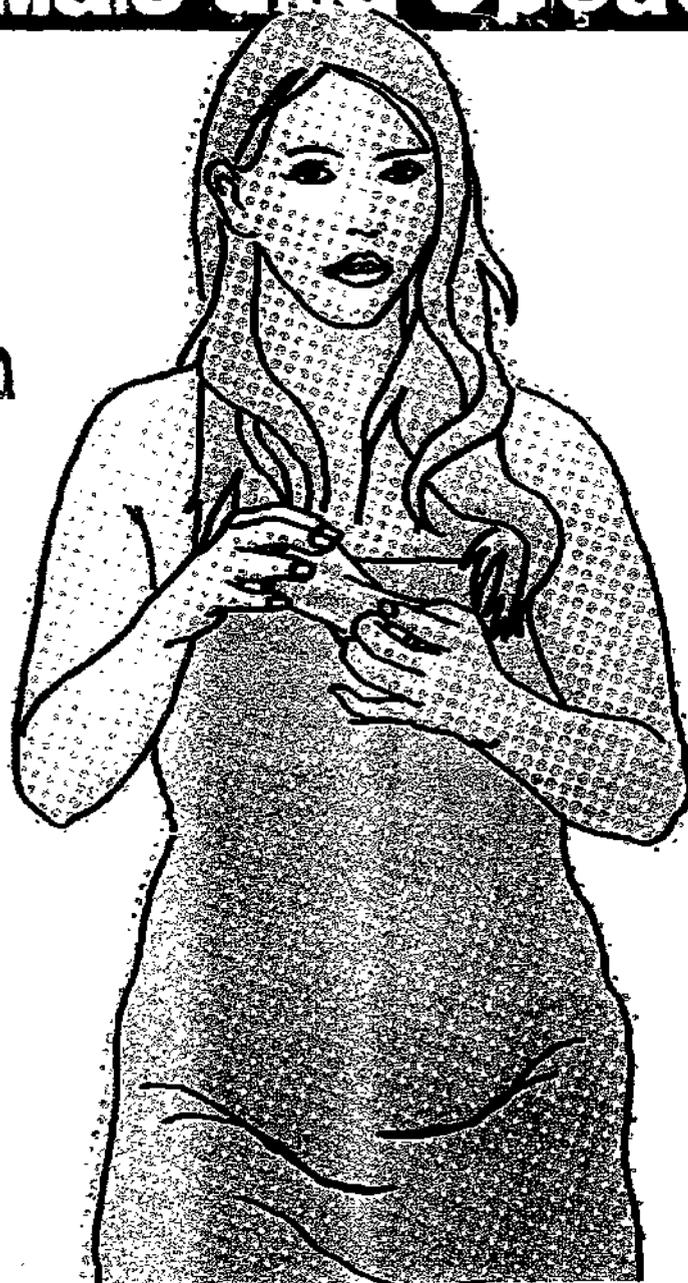
CAMISINHA FEMININA: MAIS UMA opção DE PROTEÇÃO

vantagens

Facilita a **autonomia**
da mulher na tomada
de decisão sobre o uso

Pode ser colocada
antes
da relação sexual

É uma **alternativa**
para quando o parceiro
tem dificuldades de ereção



1 Retire o preservativo
da embalagem e segure
a argola menor com o
polegar e o indicador



2 Aperte a argola
menor e introduza na
vagina empurrando
com o dedo indicador

3 A argola maior fica
para fora da vagina



4 NO momento da
penetração segure a
argola externa com
uma das mãos



5 Após a relação, retire o
preservativo com cuidado,
torcendo a argola maior.
Jogue no lixo

CAMISINHA FEMININA: mais uma opção de proteção

Vantagens:

■ Facilita a autonomia da mulher na tomada de decisão sobre o uso

■ Pode ser colocada antes da relação sexual

■ É uma alternativa para quando o parceiro tem dificuldades de ereção

1 Retire o preservativo da embalagem e segure a argola menor com o polegar e o indicador

2 Aperte a argola menor e introduza na vagina empurrando com o dedo indicador

3 A argola maior fica para fora da vagina

4 No momento da penetração segure a argola externa com uma das mãos

5 Após a relação, retire o preservativo com cuidado, torcendo a argola maior. Jogue no lixo

USAR CORRETAMENTE a CAMISINHA MASCULINA



é importante saber:

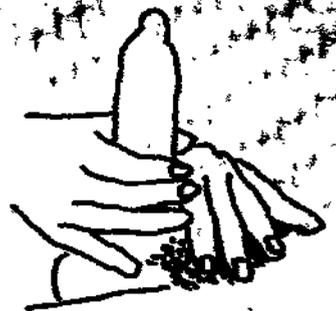
1. Abre a embalagem com o dedo.
 2. Coloque a camisinha quando o pênis estiver duro, antes de iniciar a relação sexual vaginal, anal ou oral.

3. Aperte a ponta para sair o ar e desenrole até embaixo.

4. Depois da relação sexual tire a camisinha com o pênis ainda duro.

5. Dê um nó na camisinha e não esqueça que ela só pode ser usada uma vez.

6. Depois de usada, jogue-a no lixo.



USAR CORRETAMENTE A CAMISINHA MASCULINA É IMPORTANTE

1. Abra a embalagem com mão.
 2. Coloque a camisinha quando o penis estiver duro, antes de iniciar a relação sexual (vaginal, anal ou oral).
 3. Aperte a ponta para sair o ar e desenrole até em baixo.
 4. Depois da relação sexual tire a camisinha com o penis ainda duro.
 5. De um nó na camisinha e não esqueça que ela só pode ser usada uma vez.
 6. Depois de usada, jogue-a no lixo.
- Só use lubrificantes à base de água.
- Verifique sempre a data de validade e o seio do metro.

PASSAR MAL PODE SER OVERDOSE

SUOR EXCESSIVO
TAQUICARDIA
TREMORES
DORES NO PEITO
MAI-ESTAR

SE ALGUÉM SE SENTIR MAL

FALE COM A PESSOA RESPONSÁVEL
QUE ELA DEVE EVITAR

SE A PESSOA SE SENTIR INCONSCIENTE,
LEVANTE-A DEitado PARA ELA
NÃO ENGANÇAR



chame a ambulância
digo o que
pessoa usou

é a pessoa sozinha.
que sair, não deixe ela se
de barriga para cima

PASSAR MAL PODE SER OVERDOSE

- suor excessivo
- taquicardia
- tremores
- dores no peito
- mal-estar

■ se alguém se sentir mal

- Fale com a pessoa para evitar que ela "apague"
- se ela estiver inconsciente, deite-a de lado para ela não engasgar
- chame a ambulância/SAMU e diga o que a pessoa usou
- Não deixe a pessoa sozinha. se tiver que sair, não deixe ela se deitar de barriga para cima

■ Para evitar

- Não misture álcool e outras drogas
- Não injeite se estiver sozinho
- se for experimentar drogas novas, divida a droga em duas partes

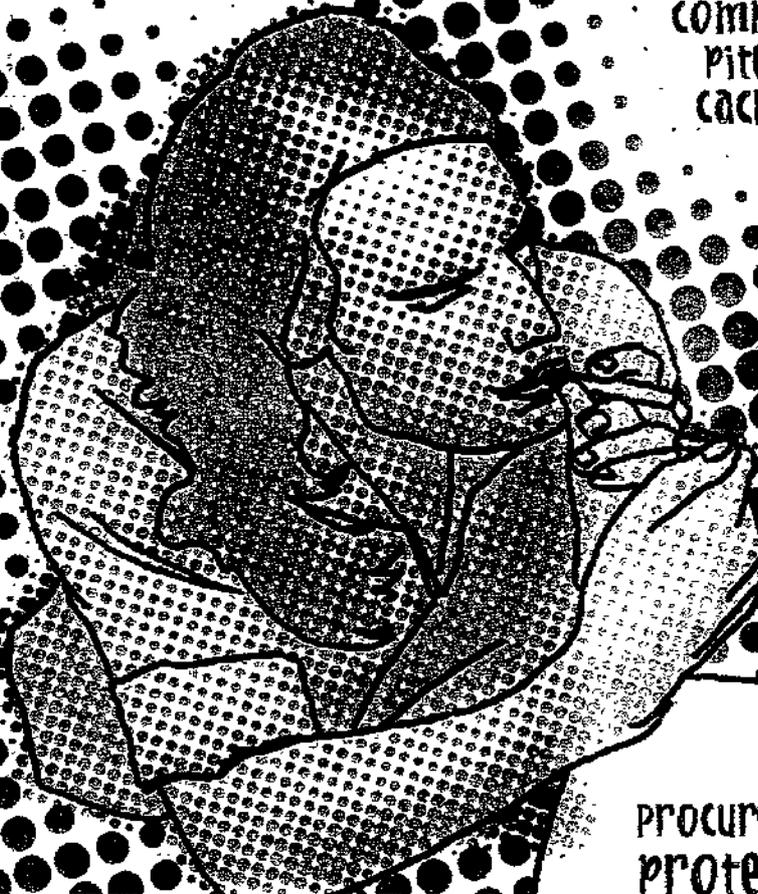
ao USAR CRACK

Evite usar latas
Prefira COPOS
de Plástico

Evite
compartilhar
Piteiras e
Cachimbos

se usar Piteiras
e Cachimbos,
Prefira os de
madeira
ou de Vidro

Procure usar
protetor labial



AO USAR CRACK

- EVITE USAR TACAS, PREFIRA COPOS DE PLÁSTICO
- EVITE COMPARTILHAR PIRETAS E CACHIMBOS
- PROCURE USAR PROTETOR LABIAL
- SE USAR PIRETAS E CACHIMBOS, PREFIRA OS DE MADEIRA OU DE VIDRO
- NÃO SE ESQUEÇA DE SE HIDRATAR E DE SE QUARENTAR

⁶⁰ **ao USAR**

DROGAS INJETÁVEIS

NÃO COMPARTILHE!

agulhas
e seringas

algodão
para
limpeza

frascos de
antibióticos

frascos de
diluição e
de água

USE: água limpa e
frascos limpos



DO USAR DROGAS INJETÁVEIS

NÃO COMPARTILHE:

- agulhas e seringas
- algodão para limpeza
- frascos de anabolizantes
- frascos de diluição e de água
- USE água e frascos limpos

60 PV

ao USAR DROGAS ASPIRADAS COCAÍNA

Evite
compartilhar
canudos

Lave as narinas
após o uso

Evite
preparar a
droga com
cartões
telefônicos
ou cartões
que soitem
tinta

coloque a droga sobre superfícies limpas

Não coloque o canudo
dentro do nariz



DO USAR DROGAS ASPIRADAS

COCAÍNA E HEROÍNA

- EVITE COMPARTILHAR CANUDOS
- EVITE PREPARAR A DROGA COM CARTÕES telefônicos ou cartões que sotem tinta
- EVITE USAR NOTAS DE DINHEIRO
- COLOQUE A DROGA SOBRE SUPERFÍCIES LIMPAS
- NÃO COLOQUE O CANUDO DENTRO DO NARIZ
- LAVE AS NARINAS APÓS O USO

AO USAR ALCOOL E OUTRAS DROGAS

Alimente-se
antes

Evite misturar
tipos de drogas e
tipos de bebidas

EVITE USAR
SOZINHO

Beba água antes
durante e depois



AO USAR ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

■ orientações gerais

- Alimente-se antes
- Evite misturar tipos de drogas e tipos de bebidas
- Beba água antes, durante e depois
- Evite usar sozinho
- Evite o uso em situações incompatíveis com os efeitos como dirigir, praticar esportes radicais e mergulhar

■ Cigarro

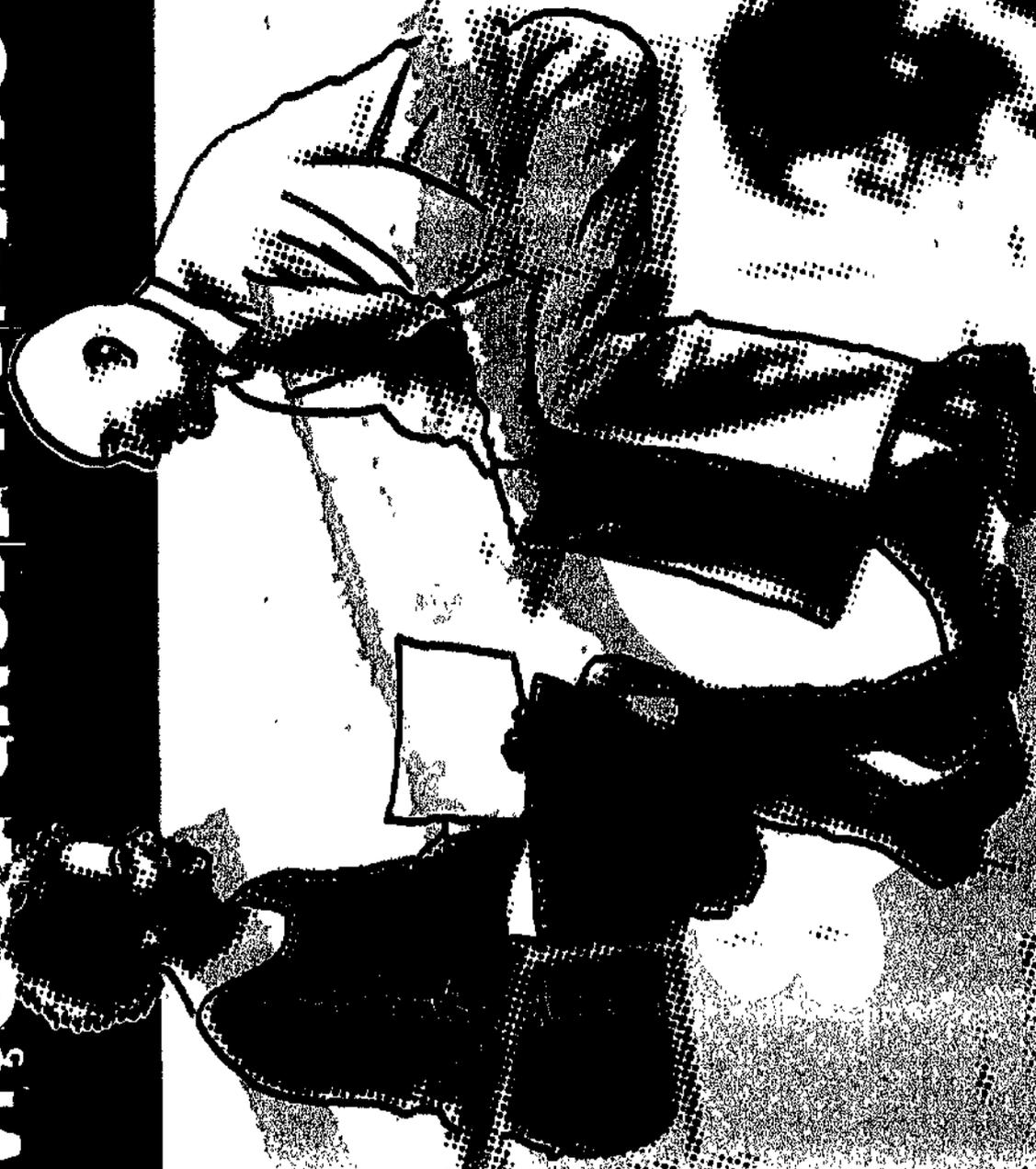
- Procure fumar moderadamente
- Aumente a ingestão de alimentos ricos em vitamina C
- Evite o uso de cigarros de "baixos teores" que podem levar a um consumo de maior número de cigarros ou de tragadas mais profundas para obter a mesma satisfação

■ Ecstasy

- Beba muita água
- Faça reposição hidroeletrólítica com sucos, bebidas isotônicas etc.
- Conheça o fornecedor para não comprar gato por lebre

**USAR O SERVIÇO DE SAÚDE É DIREITO
DE TODOS**

**PROÇURE O
SERVIÇO DE
SAÚDE.
VOCE SÓ VAI
GANHAR COM
ISSO!**



sigilo Profissional

USAR O SERVIÇO DE SAÚDE É DIREITO DE TODOS

■ PROCURE O SERVIÇO DE SAÚDE.
VOCÊ SÓ VAI GANHAR COM ISSO!

■ Nenhum serviço de saúde pode
recusar acolhimento à pessoa que
estiver sob efeito de drogas ou álcool.

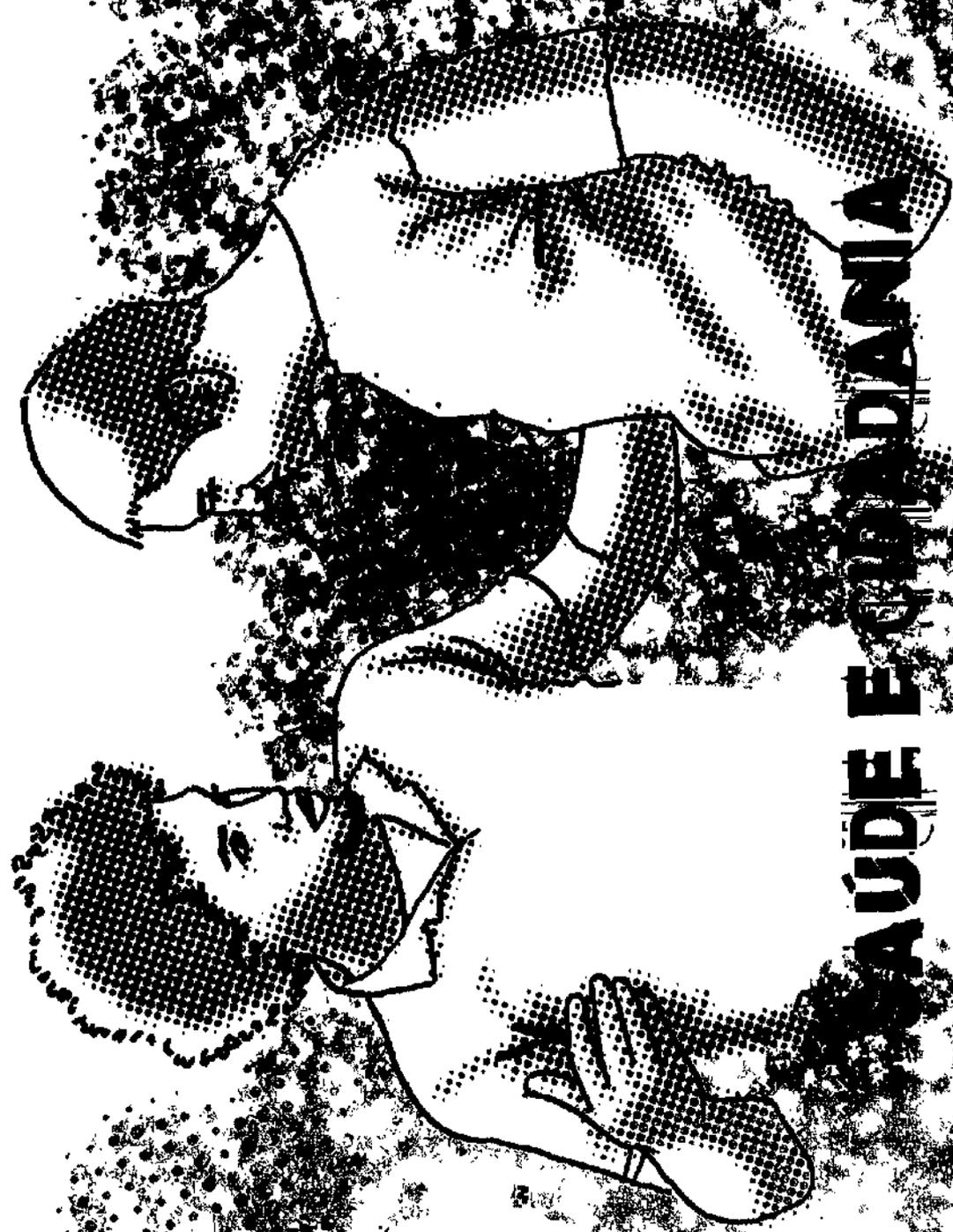
■ É importante para sua saúde que
você fale para o profissional de saúde
sobre o uso de álcool e outras drogas.
Ele vai manter sigilo.

■ Se você usa drogas e não quer ou não consegue
parar, o profissional de saúde não deve te julgar.

REDUÇÃO DE DANOS

**RESPEITO
à liberdade de
escolha,**

**não
EXIGINDO
abstinência**



SAÚDE E CIDADANIA

REDUÇÃO DE DANOS

- É uma estratégia de saúde pública que busca reduzir os prejuízos sociais e à saúde de quem usa álcool e outras drogas
- respeita a liberdade de escolha, não exigindo abstinência
- Ajuda a prevenir o HIV/ aids, as hepatites virais e outras doenças



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Por favor. Eu queria só dizer que, infelizmente, partimos para vários outros debates, que não foi exatamente o que eu quis abordar nessa situação. Para mim não faz diferença se é PT, se é PMDB.

Agora, Deputado Cabo Patrício, tenho certeza absoluta de que V.Exa. não viu essa fotografia. Tenho certeza absoluta de que V.Exa., pelo homem de conceito que é e que tenho de V.Exa., não viu essas cenas absurdas, cenas distribuídas em uma...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Peço, Deputado Raad Massouh, que V.Exa. dê o nome da cartilha para que...

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Vou dar o nome da cartilha. A cartilha foi feita pelo SUS, tem o carimbo das Nações Unidas e foi produzida pelo Ministério da Saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Tem nome?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Tem nome. Ela está aqui e a entrego para qualquer pessoa ver. O que estou dizendo...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Para constar nos Anais da Casa, qual o nome da cartilha?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Está aqui: SUS, 20 anos, Sistema Único de Saúde. Então, seria uma cartilha do SUS, na comemoração de vinte ou duzentos anos, eu não sei. O que sei é que como pai de família, um homem com 51 anos de idade, não gosto de ver cenas como essas colocadas em público, principalmente nas escolas.

Quero dizer que em momento algum me posicionei contra os homossexuais, em momento algum fui contra nenhum tipo de homossexualismo. O que eu quis dizer é que pedi a retirada de pauta, na quinta-feira, daquele projeto da previdência por achar que deveria ter sido um assunto muito mais divulgado, um assunto mais questionado e discutido entre nós.

Quero que fique bem claro que nada tenho contra o projeto. Só acho que estamos passando o carro na frente dos bois, que isso aqui deve, sim, ser revisto e que as pessoas responsáveis pela produção dessa cartilha devem ser questionadas sobre o porquê de ter feito e o porquê dessas fotos nessas posições e com essa alegria toda.

Então, amigo, perdoe-me, mas isso aqui é uma coisa bastante indecente e sou contra qualquer tipo de indecência.

Muito obrigado e boa-tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		Sessão/Reunião
12	11	2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais Parlamentares, aproveito o momento dos Comunicados de Parlamentares não para fazer um discurso de caráter moralista ou de caráter preconceituoso. Quero dizer que a minha filha estuda em escola pública e ela já participou de várias reuniões com relação a um programa chamado Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, organizado pela Polícia Militar do Distrito Federal. No debate feito com as crianças no Distrito Federal, o Governo faz um debate bastante franco e aberto com relação ao uso das drogas. Inclusive, o mal que o uso que esse tipo de substância pode trazer para o ser humano.

Sabemos também que a AIDS é algo que está presente na conjuntura no nosso País e no mundo inteiro. Acho extremamente natural que se possa educar as pessoas. Qualquer cartilha que venha no sentido de educar as pessoas tem de ser, portanto, respeitada por ser um mecanismo de educação.

Você não educa as pessoas escondendo delas a realidade das coisas que acontecem no mundo. Você não educa um cidadão sem levar para ele a verdade de como as coisas acontecem.

Então, temos de ter muito cuidado para de repente não interpretar uma cartilha que procura educar, que procura prevenir, como uma cartilha que está incentivando qualquer tipo de imoralidade.

Quero aqui, não sei exatamente como e por que, mas entendo que tudo, efetivamente tudo que vem no sentido de educar as pessoas sobre as coisas que ocorrem neste mundo, neste País, tem que ser feito de maneira clara e transparente, sem nenhum subterfúgio. Só assim as pessoas se educam, até para que elas não cometam equívocos perante a sociedade.

O que me traz aqui, Sr. Presidente, é a matéria publicada no jornal *Correio Braziliense*. Essa não é a primeira matéria desse jornal sobre esse assunto nos últimos dias. São matérias que inclusive nos chamam a atenção pela própria gravidade daquilo que pode vir a acontecer no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Recentemente, Deputado Rogério Ulysses, o jornal *Correio Braziliense* publicou uma matéria dizendo que o Governo está preparando a construção do Guará III. Do Guará III! O que pode acarretar um prejuízo muito maior à qualidade de vida do Distrito Federal se esse crescimento estiver pautado na lógica da especulação imobiliária.

Hoje, o jornal *Correio Braziliense* traz uma matéria a respeito da criação de uma cidade próxima a Sobradinho, uma verdadeira cidade com prédios. Cidade esta que já estaria, inclusive, contemplada num parecer que sequer esta Casa conhece ainda. Um parecer que sequer foi divulgado, mas que o *Correio Braziliense* traz em sua matéria – e isso é grave – que já haveria, inclusive, a possibilidade de se trazer no PDOT a criação de tal cidade ao lado de Sobradinho, comprometendo ainda mais a qualidade de vida daquela população. Uma cidade que cresce ao bel prazer da especulação imobiliária, e não do interesse público, e não da preservação ambiental.

Ora, essa é a questão central para nós. A cidade de Sobradinho, como a cidade do Guará e outras cidades, não agüenta mais adensamentos populacionais pautados na especulação imobiliária. E se é esse o parecer que estão preparando ou que está sendo preparado para apresentar a esta Casa, nós não podemos compactuar com essa especulação imobiliária porque vai destruir a qualidade de vida das nossas cidades, vai destruir a qualidade de vida das nossas crianças e das pessoas que moram lá. E aí, Deputado Raad Massouh, não tem jeito. Essa qualidade de vida destruída pela especulação imobiliária é que vai gerar um aumento de endemias e epidemias. Aumento, inclusive, do tráfico de drogas em comunidades que sequer hoje conseguem atender às necessidades do ponto de vista da segurança ou mesmo da educação pública ou da saúde.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Deputado Raad Massouh, estamos nos Comunicados de Parlamentares e não há aparte neste momento, eu até gostaria de lhe dar. Então, logo em seguida, V.Exa. poderá pedir a palavra ao Presidente.

Esse é o tema central. Estão destruindo as nossas cidades. É Guará III, é Sobradinho III agora. Daqui a pouco, é um novo condomínio, uma nova cidade perto de Planaltina. O trânsito dessa cidade anda péssimo, caótico. O transporte público não consegue atender nem as pessoas que aqui já estão. Saúde, segurança e educação nem se fala. As rodovias todas congestionadas e aí querem criar cidades e mais cidades.

É esse o papel que esta Casa tem que discutir. E me chama a atenção o fato de uma matéria no jornal *Correio Braziliense* já divulgar uma possível nova cidade, Deputado Raad Massouh, Deputado Rogério Ulysses, próxima a Sobradinho, e dizer, inclusive, que essa cidade estaria contemplada num futuro parecer do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, que sequer o conhecemos. Sequer o conhecemos!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Agora, eu só espero que esta Casa não se vergue aos interesses econômicos de setores empresariais que trabalham em torno dessa questão do mercado imobiliário. E espero também que a imprensa do Distrito Federal divulgue essas matérias, e é por isso que parablenzo o jornal *Correio Braziliense*. Acho, inclusive, que são avisos a esta Casa em várias matérias, Deputado Wilson Lima. Faço questão de guardar essas matérias para a discussão quando chegar a esta Casa o PDOT.

Então, estou preocupado. Acho que Sobradinho, Guará, Planaltina, as demais cidades do Distrito Federal, o próprio Plano Piloto não merecem esse tipo de tratamento. O jornal *Hoje em Dia* lançou uma matéria — e para concluir mesmo — dizendo que toda a concepção do PDOT, Deputado Cabo Patrício, tem como propósito vender tudo que é terra pública no Distrito Federal, deixando esta cidade, inclusive, sem reserva de terra pública. Ora, desculpem-me. Isso é um crime com as futuras gerações desta cidade e com esta cidade, se isso acontecer. Então, é esse alerta que quero fazer neste plenário, na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelo tempo que V.Exa. me concedeu.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar as palavras do Deputado Paulo Tadeu e dizer, Deputado, que também só tenho conhecimento desse assunto pelos jornais, mas que, há dois meses, quando se cogitou a possibilidade de se fazer uma área também ao redor de Sobradinho, que é uma área rural, em uma área urbana, e isso veio ao meu conhecimento, eu me dirigi ao Sindicato Ruralista. Fomos até o Executivo, ao Vice-Governador, na época o Governador em exercício, e imediatamente mostramos ao Governo que aquela área era essencial para que continuasse rural. Eu fico feliz, porque fomos prontamente atendidos. Vejo que, se tivermos qualquer outro tipo de solicitação nesse sentido, Deputado Paulo Tadeu, com certeza vamos trabalhar juntos.

O Governo tem se mostrado bastante maleável e, como V.Exa. falou, nem sabemos ainda o que é. Então, vamos aguardar. Com certeza, vamos conseguir fazer um bom trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu queria fazer um apelo aos Parlamentares, se forem de acordo. Estão inscritos apenas mais o Deputado Geraldo Naves e o Deputado Berinaldo Pontes. Então, encerram-se os Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal do pólo de moda do Guará que está aí, pessoal das escolas, um forte abraço a todos vocês. Olha, ouvi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

determinadas coisas aqui e antes vou ter que falar sobre isso, e eu também queria falar sobre verba de gabinete e verba indenizatória. Sei que o Deputado Paulo Tadeu iria falar também sobre isso, mas S.Exa. esqueceu. V.Exa., Deputado, falou que é importante, que está preocupado com a criação dessa cidade, defendeu a cartilha. O Deputado Raad Massouh fez muito bem. Existe uma questão, o PROERD, um dos trabalhos mais sérios que tem a Polícia Militar com as crianças do Distrito Federal, em todas as escolas. Depois do PROERD, há um trabalho muito bem elaborado pela Polícia Civil. É um segmento. Existe um vácuo nessa questão. A Instrução e a falta de cuidado do Ministério da Saúde foram tamanhas nessa questão, porque ele deveria ouvir o pessoal do PROERD, da Polícia Civil, os pedagogos, os professores, todos, antes de distribuir aos alunos uma cartilha desta, porque só faltou ensinar às crianças como se mata. Pegar um revólver e dizer: pega o revólver assim, coloca a bala aqui assim e atira. Só faltou isso. O resto tem tudo de imoralidade. Essa é uma cartilha que deveria ser jogada fora, quem a fez deveria estar atrás das grades e o Deputado Cabo Patrício é que deveria prender. O senhor é de que partido? Sou do PMDB. Na cadeia. O senhor é de que partido? Democratas. Na cadeia. O senhor é de que partido? Do PT. Na cadeia, duplamente. Pronto, porque ferlu o partido. Tinha que ser assim. Bom, o que me traz aqui é isso.

Imprensa, minha imprensa, que coisa boa! Eu queria estar falando em uma emissora de televisão com audiência 100%, mas não estou. Nesta Câmara Legislativa, a audiência só tem reprise atrás de reprise, um negócio horroroso!

Imprensa do meu País, imprensa da Capital do Brasil, todos que ficam aqui, todos eles, parem com esse negócio de questionar verba de gabinete! Conversem, marquem uma entrevista com o Vice-Presidente desta Casa, Deputado Paulo Tadeu, ou com o Presidente, Deputado Alírio Neto, que eles explicarão como é a verba de gabinete e de que forma foi feito isso. Verba indenizatória é lei, e é usada pelo deputado para instalar um gabinete lá em São Sebastião, outro lá em Planaltina – são extensões do gabinete da Câmara. Gasta-se com gasolina. Certo mês acumula a verba. Se não deu para gastar tudo, vamos prestar contas, porque tem de prestar contas ou vai sair do salário. Muitas pessoas falam que o deputado...

Ontem, a *Record* mostrou em nível nacional, e eu falei tudo certinho, só a parte em que eu disse: "Está pouco, tem de aumentar". Está pouco e tem de aumentar mais! Para os servidores da Casa, a imprensa está dizendo que haverá aumento. Agora, quem não sabe o que é servidor são esses que estão aí. Cada Deputado tem de agradecer por ter um servidor nesta Casa que entende de tudo, porque, quando chega aqui, está nu, cru e solto, é um bobão. Já viram um mineiro quando vai à praia? Chega lá, coloca o dedinho pra saber se a água é salgada e ainda põe na boca.

O Deputado Milton Barbosa está insistindo, então eu vou falar. Minas Gerais... V.Exa. disse ontem que o Piauí é aqui – e eu não tive oportunidade de falar. Eu digo a V.Exa. que fiquei preocupado no Dia do Mineiro, solenidade que fui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

presidir. Eles queriam anunciar nos jornais e rádios, e eu fiquei preocupado e disse: "Não façam isso." Se fizessem, Brasília pararia, lotaria aquele memorial, seria um tumulto.

O mar, com aquele seu uivo à noite, é um choro, Deputado. Chora, murmura até hoje por não banhar Minas Gerais – e vai continuar assim por muito tempo.

Para encerrar, eu gostaria de dar um alerta, como comunicador que sou: não tenham, Srs. Deputados, medo da imprensa. Falem o que tiverem de falar, porque é falta de responsabilidade daquele editor publicar uma matéria sem antes consultar as duas partes. Numa faculdade ensina-se que é bom ouvir os dois lados. Eu sempre pedi para ouvir os três, até o meio-termo.

Agora, lembre-se, Deputado que fica procurando a imprensa toda hora, passando informação, telefone, amigo, de que a amizade não existe.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não iria usar da palavra na tarde de hoje, mas diante do discurso do nobre Deputado Paulo Tadeu, morador da cidade de Sobradinho como o Deputado Raad Massouh, eu, como morador de Planaltina e membro da Comissão de Assuntos Fundiários – CAF, senti-me na obrigação de falar.

O que o *Correio Brazillense* trouxe hoje é um tema preocupante, relevante, que nos traz um momento de reflexão, Deputado Cristiano Araújo. Reflexão porque se discute o Plano Diretor aqui e acolá, sabe-se disso e daquilo, e Deputados desta Casa, Deputados de Comissões importantes nas quais val tramitar esse tema sequer tiveram acesso a qualquer informação.

Por isso eu acho muito importante a democracia. Acho muito importante a harmonia entre os Poderes, e a imprensa é outro poder! Esse poder nos trouxe um tema relevante, preocupante, a criação de uma nova cidade – é o que se vê hoje nos jornais. Essa nova cidade vai piorar, e muito, a qualidade de vida do Setor Norte do Distrito Federal: Planaltina, Sobradinho, e porque não Planaltina de Goiás. Quem necessita hoje da BR-020 para vir trabalhar no Plano Piloto conhece muito bem o caos em que se encontra esta rodovia. E a criação de uma nova cidade ao lado de Sobradinho, principalmente, vai trazer um transtorno maior para os moradores de toda a região norte do Distrito Federal.

Então, Deputado Paulo Tadeu, é o momento de refletirmos bastante. A criação de um novo setor habitacional interessa ao público ou ao privado? Temos de, no momento oportuno, nos debruçar sobre o PDOT, porque esse Plano visa ao crescimento ordenado, não ao crescimento desordenado!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Quero acrescentar que, como membro efetivo da Comissão de Assuntos Fundiários, eu vou usar as prerrogativas regimentais para refletirmos muito bem sobre essas matérias que vão tramitar nesta Casa e nas comissões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Convido o Deputado Bernaldo Pontes a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conforme já acordado entre a Liderança da Oposição, Deputado Cabo Patrício, as prioridades para votação são os projetos em segundo turno que constam da pauta: Item nº 4 – sobre o PRÓ-DF – e Item nº 5.

Quanto ao Item nº 4, que trata do PRÓ-DF, no dia de ontem havia o entendimento da necessidade de 16 votos. Nós consultamos a assessoria de Plenário e também a assessoria jurídica da própria Secretaria e chegamos à conclusão de que esse projeto não necessita de maioria de 16 votos, porque altera uma lei do PRÓ-DF votada por maioria simples. As tratativas do REFAZ que poderiam remeter à necessidade de 16 votos não entram na questão tributária, apenas na questão econômica. Vou repetir: o que está na lei que trata do PRÓ-DF em relação aos benefícios do REFAZ não entra na questão tributária, como o ISS ou o ICMS. Trata apenas de preço público. Portanto, esta é uma matéria que pode ser votada por maioria simples.

Sugiro a V.Exa. que chame os Itens nºs 4 e 5 e, logo em seguida, suspenda a sessão para discutirmos quais projetos os Deputados querem votar na tarde de hoje.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a aquiescência do nosso Líder, Deputado Wilson Lima. O Projeto de Lei Complementar nº 103, de 2008, que “dispõe sobre o salário-maternidade das servidoras públicas do Distrito Federal”, tem um alcance social muito grande, e devemos dar preferência a ele. O autor do projeto é do Poder Executivo. O projeto estende aqui os outros dois meses que o Presidente Lula estendeu na área federal. Tenho a permissão do meu Líder para que coloquemos em votação, ainda hoje, esse projeto. Não há nada a discutir sobre ele, a não ser a concessão aqui do nosso aval para que o projeto seja colocado em prática. Se o Deputado Cabo Patrício tiver alguma coisa contra, que venha ao microfone para dizer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, peço a V.Exa. que solicite de sua assessoria o encaminhamento do projeto ao plenário. Vossa Excelência é o Relator do projeto, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, preste atenção. Isto é do interesse de V.Exa.

Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores não temos nenhum óbice com relação ao Item nº 21, que concede mais dois meses de licença-maternidade para as servidoras do Distrito Federal, até porque esse projeto foi encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal em função de uma indicação da bancada do PT ao Governador Arruda. S.Exa. acatou a indicação da bancada, que foi feita há 15 dias, e encaminhou o projeto para cá, a fim de que ele seja apreciado e votado e que seja feito o que o Governo Federal já fez. O Presidente Lula já sancionou o projeto, adequando-o à lei federal.

Quanto à questão do PRÓ-DF, não temos nenhum óbice, até porque foi feito o substitutivo. O projeto que veio do Executivo foi melhorado. As pessoas do Pólo de Modas do Guará estão aqui. Ouvimos todos os interessados, os micro e pequenos empresários. As emendas da bancada do PT foram acatadas. O projeto foi votado em primeiro turno ontem, para que possa ser votado em segundo turno hoje. Depois, faremos a discussão para saber quais itens votaremos na tarde de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que explicasse para o pessoal do Pólo de Modas o que foi acordado com o Governo, para que os sonhos deles se tornem realidade.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, foi feito no dia de ontem um acordo com o Vice-Governador Paulo Octávio, que é o Secretário de Desenvolvimento Econômico, e já há um projeto pronto e confirmado pela chefe da assessoria jurídica da Secretaria, Dra. Juliana. Esse projeto será disponibilizado para um grupo de empresários e também para os Deputados, já a partir de amanhã, na forma de minuta, para que possamos lapidá-lo, aprimorá-lo. A partir de então, colheremos a assinatura do Governador e o encaminharemos para apreciação aqui na Casa.

O projeto que estamos tratando hoje, relativo ao PRÓ-DF, refere-se apenas à migração de projetos, ou seja, de programas como PADES, PROIN, PRODECON, programas antigos, que tinham dificuldades de migração para o PRÓ-DF II. Esses casos estão sendo atendidos e contemplados especificamente nesse projeto.

O caso do Guará, da QE 40, e da Candangolândia também é outra questão. Então, fizemos um acordo. Recebemos uma comissão de empresários e decidimos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

que não colocaríamos emendas nesse projeto que envolve a questão do Guará. Mas há o compromisso do Governo e desta Casa de, ao ser encaminhado o projeto, colocá-lo em regime de prioridade e de preferência para apreciação e votação. A nossa expectativa é de que, já na próxima semana, possamos comunicar a eles a questão.

Votaremos os Itens nºs 4 e 5. Logo após, suspenderemos a sessão para discutir os demais itens da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.025, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre regularização dos empreendimentos beneficiados pelos Programas de Desenvolvimento Econômico PROIN-DF, PRODECON, PADES e PRÓ-DF e dá outras providências".

A matéria recebeu duas subemendas de segundo turno, portanto o projeto tem que voltar às comissões.

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.025, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre regularização dos empreendimentos beneficiados pelos Programas de Desenvolvimento Econômico PROIN-DF, PRODECON, PADES e PRÓ-DF e dá outras providências".

O parecer refere-se às Subemendas de segundo turno de nº 1 e de nº 2, de autoria do Deputado Cristiano Araújo e de vários Deputados. Farei a leitura, para que não pare nenhuma dúvida aqui.

Subemenda de segundo turno nº 1/2008:

"Inclua-se o seguinte artigo à proposição:

Art (...) Em caso de desvirtuamento do programa ou não cumprimento do pactuado pelo beneficiário que realizar a opção prevista no *caput* do art. 1º, o incentivo econômico será cancelado e o imóvel retornará ao estoque de lotes do PRÓ-DF II.

§ 1º - Extinta a concessão, retorna à TERRACAP o imóvel, nas condições em que se encontra, bem como os direitos e privilégios transferidos ao concessionário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

§ 2º - Em caso de distrato, conforme estabelece o *caput*, mesmo que haja benfeitorias no imóvel, o beneficiário não fará jus a qualquer tipo de indenização ou ressarcimento.”

Subemenda Modificativa de segundo turno nº 2/2008:

“Art. 8º (...)

§ 1º - As taxas de ocupação pagas em razão de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de Compra original, bem como aquelas pagas em razão do novo contrato, relativas ao mesmo imóvel, serão abatidas do seu preço final de compra, sendo atualizadas pela correção monetária do período.”

Então, são apenas essas duas subemendas e, nesse caso, o nosso parecer é pela sua admissibilidade. Portanto, pela sua aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.025, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre regularização dos empreendimentos beneficiados pelos Programas de Desenvolvimento Econômico PROIN-DF, PRODECON, PADES e PRÓ-DF e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o parecer às Subemendas nº 1 e nº 2 é pela admissibilidade e pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reporto-me ao Projeto de Lei nº 1.025, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre regularização dos empreendimentos beneficiados pelos Programas de Desenvolvimento Econômico PROIN-DF, PRODECON, PADES e PRÓ-DF e dá outras providências”.

Ontem foi feita toda a discussão, em primeiro turno, inclusive o Deputado Rogério Ulysses participou dela. Hoje, a votação é em segundo turno, e neste turno temos 2 subemendas.

A Subemenda nº 01, de segundo turno, de autoria do Deputado Cristiano Araújo e outros, propõe a inclusão de um artigo à proposição para ser numerado de acordo com a redação final, que dispõe:

“Art. (...) Em caso de desvirtuamento do programa ou não cumprimento do pactuado pelo beneficiário que realizar a opção prevista no *caput* do art. 1º, o incentivo econômico será cancelado e o imóvel retornará ao estoque de lotes do PRÓ-DF II.

§ 1º - Extinta a concessão, retorna à TERRACAP o imóvel ...

§ 2º Em caso de distrato, conforme estabelece o *caput*, mesmo que haja benfeitorias do imóvel, o beneficiário não fará jus a qualquer tipo de indenização ou ressarcimento.”

Realmente, é mais que justa a emenda.

A Subemenda Modificativa nº 2, de 2008, também apresentada em segundo turno, assinada por diversos Deputados, dá ao § 1º do art. 8º do Projeto de Lei a seguinte redação:

“§ 1º As taxas de ocupação pagas em razão de contrato de concessão de direito real de uso com opção de compra original, bem como aquelas pagas em razão do novo contrato, relativas ao mesmo imóvel, serão abatidas do seu preço final de compra, sendo atualizadas pela correção monetária do período.”

Sr. Presidente, as duas subemendas modificativas chegam para aperfeiçoar o projeto, complementando a idéia de que o projeto de lei, além de ser justo e necessário, precisa ter as salvaguardas para evitar realmente os abusos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Não vemos nenhum vício de inconstitucionalidade e encaminhamos favoravelmente. Portanto, somos pela admissibilidade das duas emendas aditivas ao projeto apresentadas em segundo turno.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o projeto, em segundo turno.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, falo rapidamente apenas sobre a posição da nossa bancada.

Como se deu no primeiro turno, somos absolutamente favoráveis ao projeto que está em discussão. E de acordo, também, com a avaliação que foi feita a partir da nossa própria consulta regimental de que não há necessidade de *quorum* qualificado na medida em que não se trata de remissão para esse projeto. Então, podemos votá-lo agora, sem nenhum atentado ao Regimento desta Casa.

Mas queria dizer que este projeto tem um significado muito relevante. Primeiro, porque ele reconhece que o Executivo não cumpriu a sua parte e que os beneficiários não podem ser penalizados pela ausência ou inadimplência do Executivo. Portanto, por muito tempo nesta cidade, os beneficiários foram sempre penalizados por responsabilidades que não foram executadas pelo Governo do Distrito Federal. Nós fazemos justiça aos beneficiários do PRÓ-DF.

Nesse sentido, se o Executivo não estabeleceu a infra-estrutura fundamental para o exercício da atividade, inclusive para que o beneficiário pudesse estar honrando com as contrapartidas contratadas, não há por que excluir o beneficiário. Ele seria punido três vezes: punido porque o Executivo não cumpriu a sua parte; punido, mais uma vez, porque o seu negócio não teve o atendimento das expectativas e do planejamento estabelecido; e pela terceira vez seria punido na medida em que seria excluído do próprio projeto.

Portanto, o projeto é justo. Ele faz justiça àqueles que se beneficiaram, que tentaram realizar um sonho e que contribuem, sem nenhuma dúvida, para o desenvolvimento da nossa sociedade, para o desenvolvimento e a reestruturação das nossas cadelas produtivas quebradas, cindidas durante a lógica de um Governo que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

“financeirizou” a economia em nível nacional e não valorizou aqueles que realmente empregam, escoam, produzem ou fazem parte de uma cadeia de produção.

Por isso somos favoráveis, como também à subemenda, na medida em que é preciso moralizar. Que as pessoas que não honrarem com os compromissos agora estabelecidos sejam excluídas. Parabéns a vocês! A cidade agradece pela atividade de cada um e cada uma de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria dizer que estou feliz. Estou feliz porque a Deputada Erika Kokay disse que o projeto é justo. Justo ele realmente é. Agradeço à bancada do Partido dos Trabalhadores, pois ele vai beneficiar 1.500 empresas no Distrito Federal.

Ontem, fomos testemunhas do empenho do Governador Arruda e do Vice-Governador Paulo Octávio, aqui nesta Casa, apelando a cada um dos Parlamentares para que fosse aprovado esse projeto.

Portanto, quero deixar claro que essa proposição do Poder Executivo teve o apoio de todos os Parlamentares, mas também contamos com o apoio e com a sensibilidade do Governador Arruda e do Vice-Governador Paulo Octávio. A todos e a todas, parabéns pela conquista.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto em segundo turno.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em homenagem aos micro e pequenos empresários que aqui se encontram, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.025, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre regularização dos empreendimentos beneficiados pelos Programas de Desenvolvimento Econômico PROIN-DF, PRODECON, PADES e PRÓ-DF e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, alguém viu o Deputado Batista das Cooperativas? Estou preocupado. Ontem e hoje, S.Exa. não apareceu. Está doente? V.Exa., Sr. Presidente, teve notícias?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado, não sei... Será que S.Exa. não está nas cooperativas?

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem entrar no mérito do que o Deputado levantou, quero, na realidade, aproveitar este momento para dizer o seguinte: hoje, a Câmara Legislativa foi criticada pelo âncora da *Rede Globo*. Quero concordar com a crítica que foi feita à Câmara. Há críticas com as quais não concordamos, mas há críticas com as quais temos que concordar.

A crítica que foi feita hoje pela *Rede Globo* à Câmara dá conta do fato de termos aprovado um projeto que cria a Companhia Metropolitana de Trânsito, que hoje entrou em vigor, com a publicação no *Diário Oficial* do Distrito Federal, e está criando uma verdadeira celeuma. Como o projeto estabelece que multas de pardais ou multas de agentes, por exemplo, não poderão mais ser aplicadas pelo DETRAN e deverão ser aplicadas apenas pela CMT - e a CMT ainda não existe -, começa-se a trabalhar com a possibilidade de dizer o seguinte: de hoje até a criação definitiva da CMT, qualquer multa aplicada no Distrito Federal estaria, portanto, nula de pleno direito, já que a lei que está em vigor hoje não permite que o DETRAN aplique multa.

Mas a lei também estabelece que os agentes do DETRAN passem para os quadros da CMT. Logo, esses agentes não poderão receber mais salários pelo

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS				
Data			Horário Início		Sessão/Reunião	Página	
12	11	2008	15h30min.		101ª SESSÃO ORDINÁRIA		27

DETRAN. Deverão recebê-los pela CMT, que ainda não existe, apesar de a lei já estar sancionada.

Diante disso, estamos vivendo um verdadeiro limbo, uma verdadeira inércia, um vácuo na política pública de trânsito desta cidade.

São aquelas coisas... Aprovar aqui, no afogadilho, leis como essa que criou a CMT, que mais vai gerar problemas para a sociedade... Já está gerando, porque qualquer multa aplicada hoje pelo DETRAN perde a sua validade, pois o DETRAN não pode mais multar. Inclusive, outras atividades do DETRAN foram passadas para a CMT, que sequer existe de fato!

Então, quero concordar, porque a crítica que a *Globo* faz à Câmara hoje é justa. Apesar de ser um projeto do Poder Executivo, nós, Parlamentares, fomos responsáveis por sua aprovação – não eu, porque, inclusive, votei contra, mas a maioria desta Casa.

Quero, portanto, alertar, fazendo um *link* com a questão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, cujo projeto original é do Governo, mas quem vai aprovar a sua versão final é a Câmara. E a Câmara será responsabilizada, como foi hoje, por ter aprovado leis, ou aprovar leis que menos ajudam a população de Brasília e mais atrapalham o já caótico trânsito do Distrito Federal.

Então, quero fazer este alerta a V.Exa. e a esta Casa: há uma lei em vigor hoje, que é a CMT, que está criando uma verdadeira bagunça no trânsito do Distrito Federal, Sr. Presidente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero informar ao Deputado Paulo Tadeu que o próprio Governo, com a sua Consultoria Jurídica, deverá encaminhar hoje ou amanhã para a Câmara uma mensagem para fazer uma correção em relação a isso, a fim de que, efetivamente, os trabalhos da equipe de fiscalização do trânsito possam continuar.

Eu só quero pedir a V.Exa., Sr. Presidente, que dê continuidade, conforme o combinado, à apreciação do Item nº 5. Depois, nós discutiremos os demais assuntos da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, o Deputado Milton Barbosa encaminhou solicitação para apreciação do Item nº 21 e V.Exa. acatou.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada dos nossos amigos do PT, por meio de sua assessoria, está dizendo que há um problema de vinculação. Vamos fazer um estudo, então?

Agora, quanto à questão da CMT, eu fui criticado porque me abstive na votação do segundo turno. Eu disse na minha declaração de voto que não me sentia seguro para votar, para dar um voto seguro, dadas as inconsistências jurídicas que o projeto e a legislação em vigor encerravam. Quem quiser ter acesso, minha declaração de voto tem quatro ou cinco laudas, onde eu exponho o meu ponto de vista jurídico do projeto... Todas as dúvidas que estão sendo levantadas estão na minha declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inegavelmente o Deputado Paulo Tadeu está coberto de razão – como, aliás, em geral está. Porque se votou um projeto no afogadilho, por imposição direta do Governador do Distrito Federal. E digo isso porque tenho absoluta segurança de que, individualmente, os Parlamentares não estavam plenamente conscientes na sua totalidade sobre a necessidade daquele projeto da criação da CMT. E o projeto foi criado com uma desorganização profunda, responsabilidade – eu diria – do Executivo. Nós propusemos que houvesse uma discussão mais aprofundada, porque se vai haver transferência, se vai mudar o destinatário da arrecadação e se haverá transferência de servidores, isso não tem auto-aplicação, não tem aplicação imediata.

Portanto, Sr. Presidente, eu sugiro, para que possamos corrigir o erro – que eu diria maior do Governador, que pressionou os Deputados, mas também da maioria desta Casa que se curvou sem uma avaliação crítica, negando-se o direito humano de ter uma consciência crítica –, que pudéssemos revogar a lei que aqui foi aprovada. Esse é o procedimento mais correto. Revogamos a lei e entramos em uma discussão da lei que virá. Se uma nova lei virá, obviamente que a atual não está aplicável. Se ela não está aplicada, façamos como fizemos em outras ocasiões: vamos revogar a lei. Façamos um projeto para revogar a lei e comecemos a discussão em cima da nova mensagem que será enviada pelo Governador. Porque diz um ditado extremamente popular: é preciso ter cuidado para que as emendas não fiquem piores do que o soneto. E trabalhar em cima de um projeto absolutamente inexecutável, absolutamente transgressor de um planejamento e de um processo de arrecadação, é insistir no próprio erro.

Portanto, eu sugiro que revogemos o projeto e, ao revogarmos, que possamos discutir, com a calma e com a consciência crítica que a sociedade exige de nós, a nova mensagem. Essa é a primeira questão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Sr. Presidente, a segunda solicitação diz respeito a uma lei, a qual apresentamos a necessidade de que fosse alterada por esta Casa. Até porque os Parlamentares votaram sem conhecer o inteiro teor da própria lei que aqui foi aprovada. Então, solicito a V.Exa. – e gostaria até de saber a posição do Líder do Governo acerca disso – que pudéssemos ler ainda hoje o projeto de alteração da lei que estou protocolando e que o apreciássemos ainda hoje, para que possamos corrigir o que esta Casa votou sem conhecimento do inteiro teor da proposição que foi objeto de deliberação.

Sr. Presidente, por fim, gostaria de acatar a solicitação apresentada – me parece - pelo Deputado Milton Barbosa sobre a discussão da licença-maternidade para as servidoras públicas. Gostaria de dizer que somos absolutamente favoráveis. É um direito da criança e é um direito da mulher, um direito das mães. Defendo eu que as licenças tivessem mais tempo do que isso, porque o ser humano, Deputado Berinaldo Pontes, diferentemente de outros seres, precisa ser cuidado. Um bezerrinho, V.Exa. sabe, Deputado Wilson Lima, com uma semana já está tendo autonomia para se alimentar e para andar; o ser humano, se não for muito bem cuidado, não sobrevive. Não sobrevive, literalmente, e não sobrevive como ser humano se não for cuidado durante toda a sua vida.

Então, somos favoráveis à extensão do prazo de licença-maternidade. Entretanto, o projeto não considera que essa é uma questão trabalhista. E esta é uma questão trabalhista! Ele coloca as despesas com o aumento da licença-maternidade para o IPRESB, e nós achamos que as despesas têm que ser arcadas pelo próprio empregador, já que é uma questão trabalhista. E queríamos apenas tempo para discutir isso.

De toda sorte, somos favoráveis, de qualquer forma, à licença-maternidade de 6 meses, mas, sendo um direito trabalhista, tem que ser arcada pelo Governador e não pelos próprios servidores, através da sua contribuição para o Instituto de Previdência. É apenas essa questão que nos exige um tempo para que possamos acertá-la e, imediatamente, submetê-la à votação.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que fosse lido o projeto que acabei de expor e que fosse revogada a lei que cria a CMT, para que pudéssemos ter mais tempo de discuti-la com profundidade e mais tempo para que discutamos a licença-maternidade. Mais tempo, mas não muito tempo, porque "o futuro demora muito tempo".

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a respeito da questão da CMT, eu gostaria que o Líder do Governo fizesse Inserção junto ao Governador, justamente porque temos que revogar aquela lei pelo caos e pelo conflito que houve com a CMT e o DETRAN, e os servidores estão aflitos. Isso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

porque, na época da votação, existia uma greve dos servidores do DETRAN e o Governo quis dar uma resposta a esses servidores.

É importante que façamos a discussão, incluindo não só os técnicos da Oposição, do Governo, mas também os servidores do DETRAN, para que façamos uma ampla discussão. No entanto, quero deixar claro que não é só revogar a lei e trazer para cá uma nova, para criar a CMT. O posicionamento da bancada do Partido dos Trabalhadores é contrário à criação de uma Companhia Metropolitana de Trânsito! Não é trazer para a discussão, envolvendo os servidores, e se criar a CMT! Temos que deixar claro que o órgão fiscalizador – de acordo com a lei federal, no Ministério das Cidades – é o DENATRAN. E aqui, a Lei Orgânica estabelece, é o DETRAN-DF – ele é o órgão executor de políticas de trânsito do Distrito Federal.

Por isso, essa é a posição da bancada do PT. Mesmo que venha um novo projeto para votação e discussão, vamos ser contrários à criação dessa companhia. Até porque, Sr. Presidente, não é só essa lei. Quando foi enviada para cá a Lei das Igrejas, da regularização dos templos religiosos e entidades sociais, ela foi amplamente debatida e discutida. E saiu na imprensa, ontem, como se esta Casa tivesse apresentado várias emendas e prejudicado o projeto. Isso não é verdade. Quando veio do Executivo, com mais de 1.200 endereços para serem regularizados, já constavam naquele projeto apartamentos no Sudoeste, escritórios na Asa Sul, e o projeto veio cheio de vícios. E expomos, desde o primeiro momento, no mês de março, que para uma regularização efetiva, só aproximadamente 500 endereços poderiam ser regularizados, Deputado Berinaldo Pontes; porque lá havia endereços de cidades que dispõem de PDL, que é o Plano Diretor Local.

Outro assunto que chama atenção – V.Exa. e o Deputado Paulo Tadeu bem falaram sobre isso – é a questão do PDOT. Na verdade, o PDOT é uma grande caixa-preta. A Comissão de Assuntos Fundiários, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Constituição e Justiça, até hoje, não concluíram os sub-relatórios! E não dá para se votar a toque de caixa um projeto como o PDOT, que vai mexer com todo o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal! Só para se ter uma idéia, passa-se de 5 mil hectares para mais de 20 mil hectares, em área urbana, em zona urbana! Votar o PDOT, do jeito que vem, é favorecer a especulação imobiliária.

Nós já estamos fazendo sessões junto ao IBAMA, ao Ministério do Meio Ambiente, porque 70% das terras do Distrito Federal são terras da União e estão na APA – Área de Proteção Ambiental – do Planalto Central. Por isso, não é só o projeto chegar aqui, depois que vier das comissões, deve ir a plenário e ser feita a votação. Inclusive, houve uma conversa entre o Governador, a base do Governo e da Oposição, a bancada do PT e o Deputado Reguffe – todos estavam presentes – em que foi dito que, quando os sub-relatórios fossem apresentados, teríamos 30 dias de prazo para avaliar o projeto, antes de colocá-lo em votação. Eu espero que o Governador cumpra o acordo, que tenhamos 30 dias para avaliá-lo e que o votemos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

somente depois do recesso de janeiro, Deputado Berinaldo Pontes, para que não se confunda com sessão de composição da Mesa, com LOA, com nenhum outro tipo de discussão nesta Casa, porque o PDOT é Importantíssimo para toda a população do Distrito Federal. É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 5:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.056, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008, e dá outras providências".

Em discussão o projeto em segundo turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou votar contrariamente ao projeto, assim como fiz no primeiro turno, por considerar que há algumas funções que são típicas de Estado. O Estado tem que concentrar os seus recursos nas áreas de educação, saúde e segurança pública e devolver serviços públicos de qualidade à população. É para isso que serve o dinheiro do contribuinte, para que o Estado devolva serviços públicos de qualidade à população e a esse contribuinte.

Esse projeto faz com que as atividades, por exemplo, de ensino e de pesquisa possam ser transferidas para a iniciativa privada. Abre uma brecha até para que a responsabilidade pela saúde pública seja transferida para a iniciativa privada. Eu penso que é aí que tem que estar o dinheiro do contribuinte.

O que nós temos é que melhorar o modelo, melhorar a forma de se gerenciar. Outras áreas podem até passar para a iniciativa privada, mas educação, saúde e segurança são obrigação do Estado.

Eu acho que o Estado, realmente, tem que custar menos para o contribuinte. Defendo isso, e com rigor. Sou até radical nessa defesa, porque eu acho que o custo do Estado para o contribuinte é hoje abusivo, e as atividades típicas de Estado, como educação, saúde e segurança, essas têm de ser feitas pelo Poder Público.

Por isso meu voto contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores vai, novamente, em segundo turno, votar contrariamente, porque é inadmissível que, depois de termos aprovado, ontem, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 11, de 2007, para garantir o emprego dos servidores agentes de saúde da família e agentes de saúde comunitária, bem como dos agentes de vigilância ambiental, nós votemos hoje, em segundo turno, projeto que passa para a mão da iniciativa privada, para as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

organizações sociais, a administração e a gestão dos hospitais. Não só dos hospitais. Na verdade, esse projeto abre a porteira para terceirização e privatização na saúde, na educação, no esporte e na cultura. Mas esquece o Governo que parte dos recursos, ou quase a totalidade deles que custelam educação, saúde e segurança, vem do Governo Federal, do Fundo Constitucional do Distrito Federal, para que o Governo faça essa administração pública.

Na verdade, esse projeto é o retorno do que foi combatido pelo Ministério Público e por esta Casa, que é o ICS, pois será e a contratação de organização de interesse social sem qualquer concorrência ou licitação, por indicação de alguém, é claro, e as pessoas que vão trabalhar serão contratadas sem qualquer processo seletivo.

É um projeto eleitoreiro, Deputado Geraldo Naves, porque se aproximam as eleições de 2010, e no ano de 2009, com certeza, muitos apadrinhados políticos e muitos cabos eleitorais, ou quase sua totalidade, vão ser convocados ou contratados para trabalhar, em detrimento do cidadão comum, que estudou, preparou-se, fez cursinho para fazer concurso público e está na fila esperando para ser chamado.

Essa é a verdade. Na verdade, vai-se instituir a política do Estado mínimo, em detrimento do empresariado. Mostra-se, mais uma vez, que esse Governo tem compromisso com a classe empresarial, em detrimento da classe trabalhadora e dos servidores, dos que fizeram concurso e poderiam ter sido chamados.

Por isso, Deputado Berinaldo Pontes, assistiremos ao que aconteceu em São Paulo, onde a Justiça determinou que os municípios e os estados reassumissem a gestão dos hospitais públicos. Mudando a gestão, não melhorou em nada para a população.

Sabemos que a saúde pública do Distrito Federal está na UTI: os corredores estão superlotados; não há leitos de UTI; faltam medicamentos de alto custo e todo tipo de medicamento; faltam profissionais para dar atendimento de qualidade. Em vez de contratar profissionais, adequar e capacitar os hospitais, o Governo pretende passar às mãos da iniciativa privada.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores votará contrariamente. Se o projeto for aprovado, entraremos com uma representação no Ministério Público do Distrito Federal e vamos ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação para evitar que os serviços essenciais, que estão garantidos na Constituição e na Lei Orgânica do Distrito Federal, passem para a iniciativa privada.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assessores, imprensa, pessoal da galeria, o Governo do Distrito Federal – perdoe-me, Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo – está na contramão da história. Há anos, festejava-se o Consenso de Washington. Era a preconização do Estado mínimo, que evoluiu para essa crise de repercussão gravíssima em todo o mundo. Foi reflexo efetivo no Brasil a era que se iniciou com Collor e findou com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Já na ocasião, eu dizia que esse Estado mínimo, esse Estado sem estrutura que fiscaliza, que atende aos anseios fundamentais da população – saúde, educação, segurança –, esse Estado que não tem um Ministério Público e uma magistratura equipados e independentes é um Estado que ficará à mercê da elite econômica dominante, dos mesmos que pagam as campanhas eleitorais, dos mesmos que, dominando os meios de produção, dizem o que pode publicar a mídia, os doutores, enfim, aqueles que são financiados por quem domina os meios de produção.

Pois bem, Sr. Presidente, o resultado do tal Consenso de Washington é essa crise mundial, que só tem similitude com a do início do século XX. Essa crise fez com que o berço do mesmo consenso, a Inglaterra, começasse a estatizar bancos, a estatizar o sistema financeiro. Fez com que Obama, eleito Presidente dos Estados Unidos, tivesse dito nos três debates que há necessidade da intervenção do Estado na saúde coletiva americana, no berço do capitalismo mundial.

Mas o Governo do Distrito Federal parece que anda por caminho oposto, Deputado Cabo Patrício: quer, ao contrário – não importa se é organização social, fundação ou qualquer nome que se dê –, entregar em mãos privadas, cuja lógica é o lucro, as atividades essenciais.

Sr. Presidente, acho que é muito importante fazermos esse debate. Que vença a maioria, mas que o povo do Distrito Federal entenda, no futuro, o que escolher para sua terra.

Sr. Presidente, na contramão do que fazem hoje os grandes Estados, que já estatizam, que cuidam de suas atividades essenciais e da estrutura de um mecanismo mínimo para atender a população – o que Helmut Kohl chamava, na Alemanha, de Estado necessário –, o Governo do Distrito Federal, seja por que nome chamar – organização social, fundação –, quer entregar em mãos privadas, cuja lógica é o lucro, as atividades essenciais do Distrito Federal, para, daqui a alguns anos, alguém retomar, alguém reencampar, no instituto do Direito Administrativo. E quem vai pagar o prejuízo aos cofres do Distrito Federal e à população? E as vidas que se perderem?

Nós, como líderes – refletindo o pensamento da bancada do Partido dos Trabalhadores e o pensamento do Líder do PDT, Deputado Reguffe, que nos deu a incumbência –, representamos ao Ministério Público pela inconstitucionalidade daquela lei e agora o faremos de novo na hipótese dessa ampliação. Porque diz o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

direito: "Se, na origem, havia eiva, havia nulidade, na ampliação, a nulidade é ainda maior". E assim o faremos.

Aproveito esse momento, Sr. Presidente, para deixar um outro registro grave. Hoje salu publicado no Diário a lei da malfadada Companhia Metropolitana de Trânsito. Isso é gravíssimo! É uma denúncia que quero fazer a todos e a todas. Temos hoje um vácuo gerencial-administrativo no Distrito Federal, um vácuo gravíssimo: não há quem fiscalize o trânsito. E a Paz no Trânsito no Distrito Federal? A CMT não tem execução. Em primeiro lugar, com a ampla inconstitucionalidade já apontada por nós no voto na Comissão de Constituição e Justiça. Se os agentes do DETRAN não podem fiscalizar, se a CMT não está formada, a par da inconstitucionalidade, quem vai fazê-lo? Há Paz no Trânsito sem isso, Sr. Presidente? Há Paz no Trânsito sem isso?

Eu quero, então, deixar esse registro em forma de denúncia. Temos hoje no Distrito Federal um vácuo: não há quem cuide do trânsito no Distrito Federal. Isso é gravíssimo! Já me comuniquei com o Ministério Público, o Núcleo de Controle de Constitucionalidade, o Dr. Alberto Carlos, a quem procurei para representar. Nossa bancada fará na pessoa do Líder, Deputado Cabo Patrício, uma representação formal, e os trabalhadores e trabalhadoras do DETRAN vão procurar pessoalmente. Isso em nome da população do Distrito Federal, que é quem mais tem uma perda em sua qualidade de vida. Não são apenas os trabalhadores e trabalhadoras, mas a população do Distrito Federal.

Eu sei que governar é fazer opções por políticas públicas. Nós do PT achamos que mais importante é o ser humano, mais importante é o usuário do serviço, mais importante é a qualidade de vida.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO LEITE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, V.Exa. é profundo conhecedor do sistema jurídico evidentemente, mas nós temos aqui, também da bancada do PT, um *expert*, podemos dizer assim, em segurança pública do Distrito Federal, em especial da Polícia Militar, que poderla até me auxiliar. Se não me engano, a Polícia Militar tem uma companhia de trânsito – posso até estar equivocado, mas a vejo sempre –, que faz exatamente policiamento de trânsito e fiscalização de trânsito e que tem um efetivo, se não estou equivocado, responsável por fazer o policiamento de trânsito em todo o Distrito Federal. Um efetivo, no mínimo, se não estou equivocado – o Deputado Cabo Patrício pode me corrigir –, três vezes superior ao número dos agentes de trânsito.

Então, quanto à fiscalização e à Paz do Trânsito, o grande responsável pela fiscalização... Inclusive, é uma discussão constitucional se o agente de trânsito teria competência ou não de fazer fiscalização, de fazer *blitz*. Eu acho que o Deputado Cabo Patrício pode até nos falar um pouco sobre isso, porque S.Exa. conhece o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

assunto melhor. Existe essa discussão constitucional se o agente de trânsito pode efetivamente parar um veículo e fazer a fiscalização e a abordagem do veículo. Existe essa discussão sobre essa constitucionalidade.

Efetivamente o que eu quero dizer é que, além do Batalhão de Trânsito, temos também uma Polícia Rodoviária Militar, que tem um convênio com o DETRAN e faz o policiamento nas rodovias no Distrito Federal, não só na área urbana, mas também rodoviária.

Quero só deixar esse esclarecimento para que a população de Brasília – eu sei que não é essa a vossa intenção – fique mais tranqüila com relação à fiscalização do trânsito no Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Agradeço o aparte do Deputado Alírio Neto.

Recebo com muita honra e faço acrescer ao nosso modesto posicionamento o que manifesta o nobre Deputado Alírio Neto, mas preciso dar um esclarecimento, inclusive à população, Deputado, se V.Exa. me permite, evidentemente, com a modéstia de quem não advém da área policial. Acho, Deputado Benício Tavares, que é muito importante esse debate do ponto de vista do método, palavra que vem do grego e significa “caminho”.

Há uma diferença entre a atividade normativa de autuação e a atividade oriunda do Poder de Polícia. A atividade oriunda do Poder de Polícia é própria da nossa honrosa Polícia Militar, que, aliás, tem os melhores quadros na área do Brasil, é preciso que se diga. E faz isso muito bem. Então, ela faz a fiscalização, ela faz sua ação ostensiva de rua, cientificamente e constitucionalmente colocada e oriunda, advinda do chamado Poder de Polícia. Tanto que, na hipótese de autuação do agente do DETRAN, precisa haver a Polícia Militar para o ato oriundo do chamado Poder de Polícia. Isso é diferente da normatização. O ato normativo, esse é do DETRAN.

Há, sim, um debate constitucional sobre as chamadas *blitz* ou sobre as chamadas operações. E há o entendimento do Ministério Público de que é até possível que o DETRAN as faça. No entanto, os atos oriundos do Poder de Polícia, como, por exemplo, prisão e apreensão, devem ter a Polícia Militar, efetivamente, como autora, porque ela tem a missão constitucional de fazê-los. Há essa diferença, eu sei que é filigranática, mas é importante que a façamos aqui, de público. Tenho esse dever de ordem política e de ordem constitucional.

Portanto, quando eu disse “falta quem cuide do trânsito”, referi-me não à Polícia Militar, guerreira que nos orgulha e que faz bem feita sua ação oriunda do Poder de Polícia, mas à transferência das funções fiscalizadoras, atuadoras, de natureza normativa, dos agentes do DETRAN aos malfadados futuros trabalhadores da CMT. E aí, me permita, se a CMT não existe, quem vai atuar nessa função normativa? A Polícia Militar vai acumulá-la? Faria muito bem, porque a Polícia Militar não tem medo de trabalho e provou que é a melhor do Brasil. O problema é a opção de política pública que faz o Governo ao, com esse ato, a um só tempo, praticar uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

inconstitucionalidade e deixar a população do Distrito Federal, sob a ótica do trânsito, indefesa.

Por isso é que me manifesto dessa sorte.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ficar fora desse debate constitucional, mas entendo que o Estado não pode ser máximo nem mínimo, o Estado tem que ter o equilíbrio das funções e, nas funções que as pessoas exercem, precisam ser bem remuneradas. Inclusive, vamos trazer alguns projetos sobre o carreirão. Há funcionários públicos que estão recebendo complementação para receber, no mínimo, o salário mínimo. Também precisamos abordar a questão dos tíquetes dos funcionários do Executivo que estão ganhando 90 reais e um desconto de 50 reais, pois existia uma empresa, que hoje não existe mais.

Eu quero registrar que, no ano de 2003, houve uma acusação por parte...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Brunelli, nós estamos discutindo a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI – Eu sei disso, nós estamos discutindo também. No meu tempo da discussão, eu posso falar sobre qualquer assunto.

Então, nessa questão pertinente, Sr. Presidente, como diz o Regimento Interno, eu só quero registrar aqui que nós tivemos um termo de uma audiência, na 8ª Vara Criminal de Brasília, em que aquele senhor que veio fazer uma série de registros impróprios aqui na Câmara Legislativa me pediu perdão formal. Eu quero juntar aos autos desta Casa mais uma vitória da verdade. O Deputado João de Deus fez a mesma coisa há alguns meses, e agora o Sr. Darlone de Melo Silva também faz. Eu quero juntar isso aos autos desta Casa, porque um processo se ganha na Justiça sem nenhuma desculpa, inequivocamente. Vamos à Justiça e resolvemos lá, não ficamos com subterfúgios de acusações para serem escondidas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Brunelli, eu gostaria de esclarecer a V.Exa. que, quando se abre a discussão, é sobre o assunto. Sobre qualquer matéria, V.Exa. poderia ter solicitado o uso da palavra. Mas não há problema.

Continua em discussão.

Concedo palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ao abrir as páginas dos jornais, eu me lembrei de um poema de Mayakovisky, que fala mais ou menos assim: "O ranger das folhas de jornal me traz um cheiro de pólvora".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Ao abrir as páginas dos jornais hoje, vi uma carta que, me parece, foi encaminhada pelo Governador Arruda aos Secretários, na qual S.Exa. diz: Não usem cargos comissionados para funções indevidas. Não misturem os negócios privados com os negócios públicos, com a coisa pública e a política pública. E faz uma série de recomendações, como se o Governador estivesse olhando algo, não tivesse responsabilidade sobre o que está acontecendo e estivesse recomendando.

O primeiro aspecto é que, ao fazer isso, S.Exa. reconhece que há, no Poder Público, pessoas que estão em promiscuidade entre o público e o privado – senão, não recomendaria. Reconhece que cargos comissionados estão sendo feitos ou ocupados de forma indevida e passa como um grande defensor da legalidade.

Aliás, este Governador alardeou que estava acabando com o ICS – Instituto Candango de Solidariedade porque era um poço de ilegalidades e um verdadeiro e ilegal cabide de empregos. Esse Governador, que alardeou que é o Governador da legalidade, que acabou com o ICS e deu ampla repercussão a isso, recria quantos ICS's forem necessários. E não específicos!

Esse projeto possibilita, em um raciocínio, que possamos ter uma escola sob gestão de uma organização criada de qualquer forma, que tenha, na sua direção, apenas parentes do Governador. É isso que o projeto possibilita. Ele não estabelece licitação, portanto trata-se da organização que o Governo quiser que assuma aquela função pública. Não estabelece limite para qualquer atividade pública: qualquer atividade pública, mesmo a de natureza permanente e contínua, fundamental, estruturante e fundante, pode ser terceirizada. Não estabelece seja um processo seletivo simplificado seja qualquer critério para os profissionais que vão executar as políticas públicas fundamentais como saúde, educação, cultura, lazer, enfim, não estabelece qualquer tipo de critério e não veda o nepotismo.

Portanto, em última instância, eu queria que todos raciocinassem comigo: amanhã, aprovada essa lei, o Governador pode entregar a qualquer organização que S.Exa. queira, com profissionais sem nenhuma qualificação, qualquer serviço público essencial.

Esse não é um governo da moralidade e muito menos é um governo que atende quem precisa de políticas públicas, porque seguramente o Governador do Distrito Federal não usa hospitais públicos nem tem seus meninos em escolas públicas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, faço um chamado à atenção dos Srs. Parlamentares: o art. 183 do Regimento Interno diz que não estando encerrada a discussão, podem-se apresentar emendas, e foi apresentada uma emenda para correção de um item no projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Portanto, solicito às comissões que se manifestem a respeito do projeto em segundo turno.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exa. que a votação do projeto em segundo turno seja feita pelo processo nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre a emenda apresentada ao projeto em segundo turno.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à emenda apresentada em segundo turno ao Projeto de Lei nº 1.056 de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008, e dá outras providências”.

O art. 20 da Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 O contrato de gestão firmado com a organização social deve estipular o prazo de sua duração, que não poderá, em qualquer circunstância, ultrapassar o período de cinco anos, renovável uma única vez, em caso de comprovado interesse público.”

O parecer é pela aprovação da emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados. Consignados os votos contrários dos Deputados Reguffe, Cabo Patrício, Paulo Tadeu, Erika Kokay e Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Esta Presidência designa a Deputada Eurides Brito para proferir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça à emenda apresentada ao projeto em segundo turno.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à emenda apresentada em segundo turno ao Projeto de Lei nº 1.056, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008, e dá outras providências”.

A Emenda Modificativa nº 1 de segundo turno, assinada por diversos Deputados, propõe que se dê nova redação ao art. 4º do Projeto de Lei nº 1.056, que passa a ter o seguinte teor:

“Art. 4º. O artigo 20 da Lei nº 4.081, de 04 de janeiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20 O contrato de gestão firmado com a organização social deve estipular o prazo de sua duração que não poderá, em qualquer circunstância, ultrapassar o período de cinco anos, renovável uma única vez, em caso de comprovado interesse público.”

A presente emenda objetiva dar nova redação ao texto. Sr. Presidente, ao considerar admissível a emenda, quero reafirmar minha convicção de que a Lei das OSs não significa um retrocesso e de que toda a sociedade estará atenta para fiscalizar. Ninguém vai imaginar que um governo democraticamente eleito vá pegar, por exemplo, o seu sistema público de educação e terceirizar suas escolas. Tudo isso é balela.

Agora, há ações em todas essas secretarias que podem acontecer de uma forma mais veloz, com prazos determinados, com mais eficácia, eficiência, se executadas por organizações sociais, mas isso com todo um acompanhamento. Embora se diga, no contrato de gestão, que ele não pode ultrapassar 5 anos, ele pode ser denunciado a qualquer momento caso se desvie dos objetivos estabelecidos, com o devido amparo legal.

É interessante que os contratos de gestão do Governo Federal nunca são questionados aqui e a legislação nossa imita exatamente a que regulamenta a matéria no plano federal.

Sou pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 5 votos contrários: do Deputado Paulo Tadeu, do Deputado Reguffe, da Deputada Erika Kokay, do Deputado Cabo Patrício e do Deputado Chico Leite.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.056, de 2008, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 12/11/2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1056/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERNALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT		X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	RÉGUFFE	PDT		X			
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	15	04		05	

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. *Bispo Renato*

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min.	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 4 votos contrários. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

“Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.056, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse lido o projeto...

A minha segunda solicitação diz respeito à possibilidade de apreciação do requerimento para realização de audiência pública na próxima segunda-feira, a fim de discutirmos as políticas de promoção da igualdade racial. Amanhã haverá comissão geral e, portanto, só temos hoje para aprová-lo. Trata-se do Requerimento nº 1.235, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata as solicitações de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.235, de 2008, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que “requer a realização de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 11 2008	15h30min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

audiência pública para avaliar as políticas de promoção de igualdade racial, em 17 de novembro, às 10 horas, no plenário desta Casa”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº210, de 19/11/2008, juntamente com a ata sucinta da 101ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acatando solicitação do Deputado Leonardo Prudente e dos demais Líderes, a sessão será suspensa para discussão, na sala do cafezinho, da pauta a ser apreciada... (Pausa.)

Não há acordo?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h54min.)